

Rodovias das Colinas S.A.

CNPJ/MF nº 03.025.305/0001-46 - NIRE 35.300.170.687

Relatório da Administração

Concessionária Rodovias das Colinas S.A.: A Rodovias das Colinas S.A. está sediada na Rodovia Marechal Rondon, km 112, Marginal Oeste, sem número, Bairro Jardim Oliveira, Itu, no estado de São Paulo. Constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Sociedade tem como objetivo a exploração do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação, entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, totalizando 307 km de extensão, incluindo as obras de melhorias e ampliações, além de sua operação e manutenção. Em 25 de abril de 2013 a Sociedade obteve registro como "companhia aberta" junto à CVM. **Via Appia Concessões:** A Controladora Via Appia Concessões S.A. é uma empresa do setor de concessões rodoviárias, presente em mais de 1.400 quilômetros de rodovias em São Paulo e em Minas Gerais, comprometida em fornecer serviços de infraestrutura de alta qualidade e segurança para os usuários das rodovias sob sua gestão. Fundada em 2023, com foco na experiência do cliente e em investimentos constantes em tecnologia e inovação, a Via Appia busca melhorar a eficiência das rodovias e dos serviços prestados, assim como contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das regiões em que atua. **Fatos Relevantes e Eventos Subsequentes:** Em 30 de abril de 2025, a Companhia Rodovias das Colinas S.A. celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 28/2025. O aditivo prorroga o prazo do contrato de concessão para 5 de junho de 2033. A extensão tem como objetivo reconhecer e recompor os desequilíbrios econômico-financeiros gerados pela diferença entre os índices de reajuste IGP-M e IPCA apurados entre julho de 2013 e junho de 2024. Adicionalmente, ficou estabelecido que, para o período prorrogado, o índice oficial de reajuste tarifário passará a ser o IPCA e o ônus de fiscalização foi fixado em 3% sobre as receitas. • Evento Subsequente: Em 5 de fevereiro de 2026, a Companhia Rodovias das Colinas S.A. celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 28/2025. O aditivo prorroga o prazo do contrato de concessão para 5 de junho de 2033. A extensão tem como objetivo reconhecer e recompor os desequilíbrios econômico-financeiros gerados pela diferença entre os índices de reajuste IGP-M e IPCA apurados entre julho de 2013 e junho de 2024. Adicionalmente, ficou estabelecido que, para o período prorrogado, o índice oficial de reajuste tarifário passará a ser o IPCA e o ônus de fiscalização foi fixado em 3% sobre as receitas. • Evento Subsequente: Em 5 de fevereiro de 2026, a Companhia Rodovias das Colinas S.A. celebrou com o Governo do Estado de São Paulo o TAM nº 30/2026. O aditivo prorroga o prazo da concessão até 1º de junho de 2044. A extensão tem como contrapartida a inclusão de dois ciclos de conserva especial, onde todo o pavimento será refeito. O primeiro ciclo começa em 2026 e dura 3 anos, o segundo ciclo começa 5 anos após o primeiro. Os efeitos desse reequilíbrio serão refletidos na demonstração de resultados do 126. **1. Destaques do ano:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia totalizou R\$ 997,4 milhões em 2025, aumento de 9,0% em relação a 2024. A receita líquida¹ (exclui as Receitas de Construção e Receita de Reequilíbrio) no ano de 2025 foi de R\$ 921,2 milhões (+8,9%). O tráfego da Companhia em 2025 foi de 72,3 milhões de eixos equivalentes² (Exo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão), volume 3,6% acima do tráfego registrado no ano de 2024. O EBITDA ajustado³ (O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção e reequilíbrio) da Companhia foi de R\$ 711,4 milhões no ano de 2025 (+5,5%). • EBITDA: Eliminação dos efeitos do ICPC 01 na receita líquida e nos custos operacionais **2. Desempenho Operacional:** O número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária aumentou em 3,7% em 2025. O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 71,4% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 60,8% do seu tráfego representado por eixos pesados. Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 60,3% do seu tráfego total. Em 2025, a tarifa média por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 13,89, o que representa um crescimento de 5,9% em relação ao ano de 2024.

3. Desempenho Econômico-Financeiro:

Demonstração do resultado (R\$ '000)	2025	2024
Receita líquida	2.844.205	847.130
Custo dos serviços prestados	(435.693)	(265.029)
Lucro bruto	2.408.512	582.101
Receitas (despesas) operacionais despesas gerais e administrativas	(88.711)	(49.470)
(Provisão)/ reversão para perda esperada - contas a receber	(1.141)	59

combusível. • Amortização: o aumento da amortização do ativo intangível, em função do reconhecimento da receita de reequilíbrio referente à extensão do prazo da concessão até 2033. **EBITDA:**

Ebitda (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Receita líquida	2.844.205	847.130	235,7%
Receita de construção	(34.334)	(1.497)	2.193,5%
Receita de reequilíbrio	(1.888.678)	-	n.a.
Receita líquida (ex construção e reequilíbrio)	921.193	845.633	8,9%
Custos inerentes à operação	(248.823)	(174.934)	42,2%
Demais custos	(151.302)	(135.947)	11,3%
Custos operacionais (ex construção)	(400.125)	(310.881)	28,7%
Ebit	521.068	534.752	(2,6%)
Depreciação e amortização	204.538	88.153	132,0%
Ebitda	725.606	622.905	16,5%
Margem ebitda ajustada	78,77%	73,66%	5,1 p.p.

O EBITDA da Companhia foi de R\$ 725,6 milhões em 2025, aumento de 16,5% em relação a 2024. **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 534,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.409,7 milhões no exercício findado em 31 de dezembro de 2025. **Resultado Financeiro Líquido:**

Resultado financeiro (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Receita com rend. de aplicação financeira	100.784	24.911	304,6%
Juros com partes relacionadas	-	42.955	(100,0%)
Outras receitas financeiras	9.717	6.784	43,2%
Receitas financeiras	110.501	74.650	48,0%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(265.430)	(126.744)	109,4%
Avp da provisão de manutenção	(2.011)	(3.730)	(46,1%)
Outras despesas financeiras	(4.970)	(9.477)	(47,6%)
Despesas financeiras	(272.411)	(139.951)	94,6%
Avp da debênture ativa e mútuo	(32.928)	(295.295)	(88,8%)
Resultado financeiro líquido	(194.838)	(360.596)	(46,0%)

Em 2025, a Companhia apresentou melhora no resultado financeiro

líquido, que permaneceu negativo em R\$ 194,8 milhões, ante R\$ 360,6 milhões negativos em 2024. A redução do resultado financeiro líquido negativo no exercício refletiu, principalmente, o menor impacto líquido dos ajustes a valor presente (AVP) no período, além do crescimento das receitas financeiras, impulsionado pelo maior rendimento das aplicações financeiras, em função da posição de caixa da Companhia. Por outro lado, as despesas financeiras seguiram pressionadas pelos juros e variações monetárias sobre debêntures, em linha com a elevação da dívida bruta após a emissão concluída em julho de 2025. **Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:**

Resultado líquido (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Resultado líquido antes do IR e CSLL	2.214.908	174.156	1.171,8%
Imposto de renda e contribuição social	(753.739)	(59.224)	1.172,7%
Resultado líquido	1.461.169	114.932	1.171,3%

% Margem líquida: 51,4% 13,6% 37,8 p.p.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 174,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.214,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) passaram de R\$ 59,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 753,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 114,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.461,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A linha de imposto de renda e contribuição social sofreu um impacto relevante, em 2025, pelo reconhecimento da receita de reequilíbrio no exercício e pelo ajuste a valor presente da debênture. No ano, o saldo de imposto diferido reconhecido totalizou R\$ 627,0 milhões, sem efeito caixa. **Dividendos:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 1.100,8 milhões para a controladora Via Appia Concessões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 114,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.461,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A linha de imposto de renda e contribuição social sofreu um impacto relevante, em 2025, pelo reconhecimento da receita de reequilíbrio no exercício e pelo ajuste a valor presente da debênture. No ano, o saldo de imposto diferido reconhecido totalizou R\$ 627,0 milhões, sem efeito caixa. **Dividendos:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 1.100,8 milhões para a controladora Via Appia Concessões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Investimentos:** Em 2025, a Concessionária vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato. **Dívida Líquida:** A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 1.772,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, como resultado da 12ª e 13ª emissão de debêntures.

Endividamento (R\$ '000)	Custo	Emissão	Vencimento	2025	2024	Var. %
9ª Emissão (primeira série)	CDI + 1,5% a.a.	jul/19	jun/25	-	206.056	(100,0%)
10ª Emissão (primeira série)	CDI + 2,5% a.a.	dez/20	dez/26	-	268.145	(100,0%)
12ª Emissão (série única)	CDI + 1,15% a.a.	out/24	dez/27	549.983	613.932	(10,4%)
13ª Emissão (série única)	CDI + 0,8% a.a.	jul/25	jan/32	2.133.654	-	n.a.
Dívida bruta				2.683.637	1.088.133	146,6%
Caixa				911.161	191.110	376,8%
Dívida líquida				1.772.476	897.023	97,6%
Dívida líquida / ebitda ajustado				2,50x	1,32x	1,19x

No ano de 2025, a Companhia realizou o pagamento de principal no valor total de R\$ 539,3 milhões e R\$ 125,6 milhões de juros. 11ª emissão: Em 12 de março de 2024 a Companhia efetuou a 11ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 22 de setembro de 2025. O montante total da emissão foi de R\$ 250 milhões, sendo 250.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,25% a.a. Em 23 de outubro de 2024 a Companhia lançou a 11ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. 12ª emissão: Em 18 de outubro de 2024 a Companhia realizou a 12ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 26 de dezembro de 2027. O montante total da emissão foi de R\$ 600 milhões, sendo 600.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,15% a.a. 13ª emissão: A Companhia encerrou 2025 com a antecipação de 2,5x. Em julho de 2025, foi concluída a 13ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,0 bilhões e custo de CDI + 0,80% a.a., acompanhada do resgate total antecipado da 10ª emissão, contratada a CDI + 2,50% a.a. A operação otimiza a estrutura de capital da Companhia, com redução relevante do custo da dívida e alongamento do prazo médio. **4. Governança Corporativa:** A controladora Via Appia Concessões adota rigorosas práticas de Governança Corporativa, alinhando-se aos mais altos padrões do mercado, aderente aos principais padrões previstos no segmento do Novo Mercado, o mais exigente da Bolsa de Valores, e seguindo as principais diretrizes do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para fortalecer nossa aderência às melhores práticas, fazemos revisão

recorrente das nossas políticas internas e adequação da estrutura organizacional para um modelo mais ágil, enxuto e eficiente. A estrutura de governança corporativa da controladora Via Appia Concessões é composta por órgãos que garantem a transparência, ética e eficiência em nossas operações. As informações exigidas pela Lei nº 15.177/25 serão divulgadas na Proposta da Administração a ser disponibilizada aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76. **5. Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não exercitou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar eventuais conflitos de interesses em trabalhos de não auditoria com base no princípio de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover os interesses da Companhia. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. **6. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

combusível. • Amortização: o aumento da amortização do ativo intangível, em função do reconhecimento da receita de reequilíbrio referente à extensão do prazo da concessão até 2033. **EBITDA:**

Ebitda (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Receita líquida	2.844.205	847.130	235,7%
Receita de construção	(34.334)	(1.497)	2.193,5%
Receita de reequilíbrio	(1.888.678)	-	n.a.
Receita líquida (ex construção e reequilíbrio)	921.193	845.633	8,9%
Custos inerentes à operação	(248.823)	(174.934)	42,2%
Demais custos	(151.302)	(135.947)	11,3%
Custos operacionais (ex construção)	(400.125)	(310.881)	28,7%
Ebit	521.068	534.752	(2,6%)
Depreciação e amortização	204.538	88.153	132,0%
Ebitda	725.606	622.905	16,5%
Margem ebitda ajustada	78,77%	73,66%	5,1 p.p.

O EBITDA da Companhia foi de R\$ 725,6 milhões em 2025, aumento de 16,5% em relação a 2024. **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 534,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.409,7 milhões no exercício findado em 31 de dezembro de 2025. **Resultado Financeiro Líquido:**

Resultado financeiro (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Receita com rend. de aplicação financeira	100.784	24.911	304,6%
Juros com partes relacionadas	-	42.955	(100,0%)
Outras receitas financeiras	9.717	6.784	43,2%
Receitas financeiras	110.501	74.650	48,0%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(265.430)	(126.744)	109,4%
Avp da provisão de manutenção	(2.011)	(3.730)	(46,1%)
Outras despesas financeiras	(4.970)	(9.477)	(47,6%)
Despesas financeiras	(272.411)	(139.951)	94,6%
Avp da debênture ativa e mútuo	(32.928)	(295.295)	(88,8%)
Resultado financeiro líquido	(194.838)	(360.596)	(46,0%)

Em 2025, a Companhia apresentou melhora no resultado financeiro

líquido, que permaneceu negativo em R\$ 194,8 milhões, ante R\$ 360,6 milhões negativos em 2024. A redução do resultado financeiro líquido negativo no exercício refletiu, principalmente, o menor impacto líquido dos ajustes a valor presente (AVP) no período, além do crescimento das receitas financeiras, impulsionado pelo maior rendimento das aplicações financeiras, em função da posição de caixa da Companhia. Por outro lado, as despesas financeiras seguiram pressionadas pelos juros e variações monetárias sobre debêntures, em linha com a elevação da dívida bruta após a emissão concluída em julho de 2025. **Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:**

Resultado líquido (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Resultado líquido antes do IR e CSLL	2.214.908	174.156	1.171,8%
Imposto de renda e contribuição social	(753.739)	(59.224)	1.172,7%
Resultado líquido	1.461.169	114.932	1.171,3%

% Margem líquida: 51,4% 13,6% 37,8 p.p.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 174,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.214,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) passaram de R\$ 59,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 753,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 114,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.461,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A linha de imposto de renda e contribuição social sofreu um impacto relevante, em 2025, pelo reconhecimento da receita de reequilíbrio no exercício e pelo ajuste a valor presente da debênture. No ano, o saldo de imposto diferido reconhecido totalizou R\$ 627,0 milhões, sem efeito caixa. **Dividendos:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 1.100,8 milhões para a controladora Via Appia Concessões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Investimentos:** Em 2025, a Concessionária vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato. **Dívida Líquida:** A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 1.772,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, como resultado da 12ª e 13ª emissão de debêntures.

Receita (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Leves	517.220	471.304	9,7%
Pesados	486.630	447.898	8,6%
Abatimentos E Sobras	(6.480)	(4.003)	61,9%
Receita tarifária	997.370	915.200	9,0%
Receitas acessórias	11.094	10.539	5,3%
Receitas de construção	34.334	1.497	2.193,5%
Receitas de reequilíbrio	1.888.678	-	n.a.
Receita bruta	2.931.476	927.236	216,2%
Impostos sobre a receita	(87.271)	(80.106)	8,9%
Receita líquida	2.844.205	847.130	235,7%
Receita líquida (ex-construção e reequilíbrio)	921.193	845.633	8,9%

A receita líquida, excluindo as receitas de construção e de reequilíbrio, da Companhia passou de R\$ 845,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 921,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) reajuste de tarifa de 7,0%, acima do índice IPCA do período (5,32%); ii) tráfego de 72,3 milhões de eixos equivalentes no ano de 2025, volume 3,6% acima do tráfego registrado no ano de 2024 (69,8 milhões de eixos equivalentes). Em 2025, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia sofreu um aumento de 9,0% em relação ao ano de 2024, totalizando R\$ 997,4 milhões. **Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:** Os custos inerentes a operação passaram de R\$ 174,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 248,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (+42,2%).

Custos e despesas (R\$ '000)	2025	2024	Δ %
Conserva, manutenção e operação da rodovia	(9.612)	(8.370)	14,8%
Prestadores de serviços	(169.069)	(119.647)	41,3%
Materiais e equipamentos	(44.710)	(25.722)	73,8%
Funcionários	(34.870)	(35.601)	(2,1%)
Ônus variável de concessão	(16.828)	(16.266)	3,5%
Outras despesas	(10.410)	(7.371)	41,2%
Outras receitas	2.376	2.062	15,2%
Reembolso/(despesas) de seguros	-	(2.403)	(100,0%)
Total custos inerentes à operação (283.123)	(213.318)	32,7%	
Amortização de intangível	(204.538)	(88.153)	132,0%
Constituição provisão de manutenção	(1.172)	(6.500)	(82,0%)
Reversões/(provisões) de contingências	88.708	(2.910)	3.148,4%
Custo com construção	(34.334)	(1.497)	2.193,5%
Total custos e despesas operacionais (434.459)	(312.378)	39,1%	

Total custos e despesas operacionais (ex. Construção) (400.125) (310.881) 28,7%

Em relação às despesas, as principais variações foram: • Provisão de contingências: a reversão de contingências trabalhistas em decorrência da decisão do STF no Tema 1232, que afastou a inclusão da Companhia no polo passivo da execução trabalhista com base em grupo econômico sem participação na fase de conhecimento. • Prestadores de serviços: o aumento das despesas com prestadores de serviços, em função dos maiores custos relacionados a serviços compartilhados e a conservação da rodovia. • Materiais e equipamentos: o aumento dos custos com materiais e equipamentos, principalmente em razão da elevação das despesas com aluguel e manutenção de veículos, em linha com a estratégia de locação da frota em substituição à aquisição, além do incremento nos gastos com

BALANÇOS PATRIMONIAIS		Notas	
Ativos	31/12/2025	31/12/2024	
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	281.812	191.110
Aplicações financeiras	4.b	629.349	-
Contas a receber de clientes e do poder concedente	5	73.904	62.616
Impostos a recuperar		458	1.739
Outros ativos		29.698	1

continuação

mentos do ônus variável; (ii) utilização dos créditos das adequações decorrentes de atrasos e postergações de obras que resultaram em desequilíbrio favorável ao Estado; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT N.º 4 de 22/07/2013, autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 22/07/2013, onde são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio. Em 01/07/2014, a ARTESP autorizou o reajuste na tarifa de pedágio em 5,51%. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, pois não corresponde à aplicação do índice previsto no contrato de concessão. Em 27/06/2015, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26/06/2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Retificação ao Termo Aditivo e Modificativo n.º 25/11, o qual estabelece desde então que no reajuste contratual da Companhia seria aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão através de extensão de prazo da concessão. Em 03/06/2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 27/2022 ("TAM 27/2022"), por meio do qual foram reconhecidos os desequilíbrios apurados referentes ao 1º e 2º biênios (período de 2013 a 2017), em conformidade com a disciplina estabelecida no TAM 25/2011. O referido aditivo foi firmado sem prejuízo de novas e sucessivas apurações de desequilíbrio econômico-financeiro decorrentes da alteração do índice de reajuste contratual, conforme previsto no TAM 25/2011. Em 30/04/2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 28/2025 ("TAM 28/2025"), com os seguintes objetivos: (i) reconhecimento dos desequilíbrios econômico-financeiros em virtude da diferença entre os índices IGP-M e IPCA, conforme destacado acima no TAM 25/2011 (período 01/07/2013 a 30/06/2024); (ii) reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio de prorrogação de prazo, em função dos desequilíbrios resultantes do item (i); (iii) alteração do índice de reajuste tarifário para IPCA, a partir do período prorrogado; e (iv) ajustar a percentagem de 3% (três por cento), calculado sobre as receitas tarifárias de pedágio e das receitas acessórias a título de ônus de fiscalização, para o período prorrogado (porém sem revogar o efeito do TAM que estabelece redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável). Com isso, em decorrência do TAM 28/25, o Contrato de Concessão foi prorrogado em 1.799 (mil, setecentos e noventa e nove) dias, contados a partir de 03/07/2028, passando o término da Concessão para 05/06/2033. O reconhecimento dos efeitos contábeis deste TAM está refletido nas notas 09 e 18. Em 27/06/2024, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,93% baseados na evolução do IPCA entre maio/2023 e maio/2024, a vigorar a partir de 1º de julho de 2024. Em 01/07/2025, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,05% baseados na evolução do IPCA entre maio/2024 e maio/2025, a vigorar a partir de 1º de julho de 2025. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar: • Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor foi reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação foi registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 5% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de outorga da concessão", classificada no ativo intangível. • Valor variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: **Obras concluídas:** Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon: • Duplicações: km 64,60 ao km 103 (trecho Jundiá/Itu); km 108,90 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz); km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê); km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê); km 155,35 ao km 158,65 (Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato. Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornélio Pires, Rodovia Fausto Santo Mauro: • Duplicações: km 39,90 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho); km 55,3 ao km 58,48 (Rio das Pedras); km 62,3 ao km 63,64 (Tietê); km 76 ao km 105,90 (Tietê/Cerquillo/Tatu). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP 127 e implantação de ponte km 82,4 (Rio Tietê). • Duplicações: km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo dividida na seguinte etapa: km 51 ao km 52,2 (Saltinho). • Implantação: dispositivo de retorno km 96,9 Cerquillo, realizado conforme solicitação no km 92. SP 280 - Rodovia Presidente Castelo Branco: • Implantação de faixas adiais do km 110 ao km 122,7 - pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 - pista oeste Porto Feliz/Boituva. • Implantação de vias marginais km 90,5 ao km 94,2 (Toyota). SPI 102/300 - Anel Viário Itu: • Implantação de 7,1 km do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP 300 do km 102 a SP 075 na altura do km 32 com a execução de obras de arte especiais. SPO75 - Rodovia Santos Dumont, José Ernirio de Moraes, Deputado Archimedes Lamoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado: • Duplicação do km 36,60 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança. • Implantação do Complexo Viário de Interligação do Distrito Industrial de Indaiatuba - km 50,9. A Companhia estima o montante de R\$ 25,617 em 31/12/2025 (R\$ 23,219 em 31/12/2024), para cumprir com as obrigações de realizar as recuperações e manutenções até 31/12/2026. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com o Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 07/04/2026. **Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras

exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: a) **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICP 01 (R1) / IFRIC 12 - Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. b) **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. c) **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso. d) **Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são: **2.1. Instrumentos financeiros ativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Reconhecimento inicial e mensuração:** O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: (i) mensurado ao custo amortizado ou (ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretroativa como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os

termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evicência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2. Ativo Intangível:** A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete, entre dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024. **2.4. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e a contribuição social são

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
- Nota 31/12/2025 e 31/12/2024			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	1.461.169	114.931	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
IRPJ e CSLL diferidos	16	626.985	(89.987)
IRPJ e CSLL corrente	16	126.754	149.211
Amortização do intangível	19	204.538	88.153
Receita de reequilíbrio	18	(1.888.678)	-
Receitas de aplicações financeiras		(86.590)	-
Baixa do intangível	9	134	111
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	22	152	327
Juros sobre debêntures passivas	20	265.430	126.744
Juros s/ debêntures ativas e mútuos	6 e 20	-	(42.955)
Ajuste a valor presente sobre debêntures ativas e mútuos	6 e 20	32.930	295.295
Provisão para manutenção	14	3.184	10.230
Reversão da provisão para perdas de créditos esperada	5 e 19	(1.141)	(59)
(Reversão) provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15 e 19	(93.632)	2.910
		651.235	654.912
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas		(10.328)	(3.629)
Impostos a recuperar e outros ativos		(3.877)	1.031
Depósitos e bloqueios judiciais		(16.056)	(11.263)
Fornecedores e débitos com partes relacionadas		(11.475)	1.803
Obrigações fiscais		4.585	1.566
Obrigações sociais e trabalhistas		228	(603)
Provisão para manutenção - utilização e tributários - pagamento	14	(786)	(22.796)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - pagamento	15	(12.904)	(2.063)
Apropriação credor pela concessão		162	21
Outras contas a pagar		(991)	(374)
Pagamento de IRPJ e CSLL		(136.021)	(167.616)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		463.773	450.990
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	4, b	(542.759)	-
Aquisição de intangível	9 e 22	(38.701)	(11.140)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimento		(581.460)	(11.140)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(1.100.770)	(526.000)
debêntures: captações	22 22	1.976.851	842.910
Pagamento de principal	22	(539.310)	(640.648)
Pagamento de juros	22	(125.599)	(110.530)
Arrendamento - pagamentos de principal e juros		(2.784)	(2.957)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de financiamento		208.389	(437.225)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		191.110	188.485
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		281.812	191.110

calculadas sobre a base tributável, com base nas aliquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro provável em montante suficiente para sua realização. **2.5. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 15. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.6. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e não incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.7. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.8. Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não considerando riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.9. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. **Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com as normas de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31/12/2025 o montante de R\$ 34.334 (R\$ 1.497 em 31/12/2025), e custo de construção nos mesmos valores. **Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente. **2.10. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição. **2.11. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. **2.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** A DVA foi preparada a partir das demonstrações financeiras e segue as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pela receita (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **Novas normas contábeis, revisões e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31/12/2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **3.1 IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMS) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para as medidas de desempenho definidas pela administração. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **3.2 Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40)) - Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 09 (CPC 48) e IFRS 07 (CPC 40)). **3.3 Reforma Tributária:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralégais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31/12/2025. **4. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras: a) Caixa e equivalente de caixa:**

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Pedágio eletrônico e outros (a), Receitas acessórias, Provisão para perdas de crédito esperada (c), ARTESP - ponto a ponto (b), Total, Circulante, Não circulante, and CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo. (c) Refere-se a provisão constituída para as passagens em análise pelos repassadores e receitas acessórias vencidas acima de 90 dias. Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include No início do exercício, Adições/Reversões no exercício, Baixas no exercício, No final do exercício, O "aging list" das contas a receber está assim representado: A vencer, Vencidos: Até 30 dias, De 31 a 90 dias, Acima de 91 dias (a).

(a) Refere-se substancialmente a montantes a receber do Poder Concedente, referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio no valor de R\$ 69.610 em 31/12/2025 (R\$ 69.429 em 31/12/2024), conforme item (b) acima. **6. Debêntures e Mútuo com terceiros:**

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include AB Concessões S.A. - debêntures (a), AB Concessões S.A. - mútuo a receber (b), Total, Movimentação, Em 27/05/2024, Ajuste a valor presente (AVP) no exercício, Em 31/12/2024, Ajuste a valor presente (AVP) no exercício, Em 31/12/2025.

(a) Debêntures: em 29/06/2012, a controladora anterior AB Concessões S.A., emitiu 1.800 debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29/12/2013. A Companhia adquiriu 800 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 2,80% a 3,20% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Estas contas a receber da controladora anterior está vinculado à emissão, por parte da Companhia, das debêntures privadas descritas na Nota 9. Essas debêntures foram repactuadas em 11/12/2013 e seu vencimento prorrogado para 28/01/2014 e, posteriormente, para 31/12/2024. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,20% a.a. entre os dias 24/04/2013 e 31/01/2014, 1,35% a.a. de 01/02/2014 a 14/08/2017 e 1,6448% a.a. de 15/08/2017 até a data de seu vencimento em dezembro de 2024, podendo ser renovável. Em 30/06/2023 ocorreu a prorrogação do vencimento para 31/12/2024. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento, sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos repassados à controladora anterior, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodanel Leste, operado pela concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 24/03/2021, foi realizada a alienação de 83 (oitenta e três) debêntures da 2ª emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica da AB Concessões S.A. no valor de R\$ 99.144, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia. Em 27/05/2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, esse valor deixou de ser um saldo com partes relacionadas. (b) Saldo de mútuo com a controladora anterior AB Concessões S.A., sobre o qual incidiram juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários - Dis de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo o vencimento original 31/12/2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12/12/2016, foi prorrogado o vencimento para 31/03/2024 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 01/01/2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 30/06/2023, foi realizada a amortização antecipada de parte do Mútuo, por pagamento, no montante de R\$50.000. Em 27/05/2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, esse valor deixou de ser um saldo com partes relacionadas. Em 27/05/2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração dos Juros das Debêntures a receber para reduzi-los para zero e a exclusão dos juros e encargos financeiros incidentes sobre o Contrato do Mútuo, ambos com efeitos retroativos a partir de 01/04/2024, de modo que a controladora anterior ("AB Concessões") pagará os Juros e encargos do Contrato acumulados até 31/03/2024. Em 20/12/2024, foi prorrogado o vencimento para 31/12/2026. A Companhia fez uma avaliação da modificação dos ativos e concluiu que a modificação não resulta no desreconhecimento do ativo. Dessa forma, a Companhia recalculou o valor do ativo financeiro considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados e reconheceu o Ajuste de Valor Presente (AVP) no valor de R\$ 354.282 e constituiu o valor de R\$ 120.456 de IRPJ e CSLL Diferidos. Em 31/12/2025, a Companhia avaliou a recuperabilidade dos valores a receber das Debêntures e Mútuo. Considerando a expectativa de recebimento, substancialmente, em 31/12/2027, a Companhia revisou o cálculo do Ajuste ao Valor Presente. O saldo de Ajuste de Valor Presente (AVP) em 31/12/2025 é de R\$ 328.224 (R\$ 295.295 em 31/12/2024). A recuperabilidade dos créditos perante a AB Concessões foi avaliada pela Administração com base em estudo que considerou a capacidade econômico-financeira da devedora e, principalmente, a expectativa de ingresso de recursos provenientes de sua controladora Triângulo do Sol Autoestradas S.A. ("Triângulo do Sol"), bem como a natureza e o estágio das principais fontes econômicas associadas a tais créditos. Em síntese, a avaliação considerou: (i) créditos regulatórios favoráveis à Triângulo do Sol já reconhecidos pelo Poder Concedente; (ii) valores potencialmente recuperáveis em processo tributário relacionado à amortização fiscal de ágio, incluindo levantamento de depósitos judiciais e repetição de indébito; e (iii) valores potencialmente liberáveis em processos trabalhistas. Com base nas premissas e informações disponíveis na data-base, a Administração entende que o conjunto dessas fontes econômicas é suficiente para suportar a recuperabilidade dos créditos representados por debêntures e mútuos a receber da AB Concessões. A mensuração contábil desses créditos reflete a melhor estimativa da Administração, na data-base, quanto ao fluxo esperado de realização, consideradas as premissas então disponíveis e o horizonte temporal de recuperação associado às respectivas fontes econômicas. Tais premissas envolvem julgamentos relevantes sobre prazo, êxito e conversão em caixa dos ativos e direitos considerados, sendo revisadas periodicamente à luz da evolução dos fatos e circunstâncias aplicáveis. **7. Partes Relacionadas:** As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Saldos patrimoniais, Serviços compartilhados - controladora: Via Appia Concessões S.A. (d), Contas a Pagar para partes relacionadas: Solucciona Conservação Rodoviária Ltda. (c), Dividendos a pagar - controladora: Via Appia Concessões S.A. (e), Transações, Custo dos serviços prestados, Outras partes relacionadas: Solucciona Conservação Rodoviária Ltda. (b), Despesas administrativas, Controladora direta: Via Appia Concessões S.A. (c), Recargas financeiras, Controladora anterior: AB Concessões S.A. (a).

Rodovias das Colinas S.A. (a) Vide nota explicativa 6. (b) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 18 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços. (c) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora Via Appia Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº. 19 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas. (d) Durante o período findo em 31/12/2025 foram pagos dividendos no total de R\$ 1.100.769 (R\$ 526.000 em 31/12/2024). Abaixo a movimentação: **Saldos em 31/12/2023** 402.745, Dividendos aprovados em 29/04/2024 (Vide nota 17) 309.093, Dividendos mínimos obrigatórios 28.732, Dividendos pagos no exercício (526.000), **Saldos em 31/12/2024** 214.570, Dividendos aprovados em 30/04/2025 (Vide nota 17) 86.199, Dividendos aprovados em 30/09/2025 (Vide nota 17) 300.000, Dividendos aprovados em 17/12/2025 (Vide nota 17) 500.000, Dividendos pagos no período (1.100.769), **Saldos em 31/12/2025** - Em 27/05/2024, com a venda de 100% do capital social da Companhia, da AB Concessões S.A. para a Via Appia Concessões S.A., conforme nota explicativa nº. 1, o saldo de dividendos passou a ser devido a nova controladora. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante destinado e reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31/12/2025 foi de R\$ 8.384 (R\$ 1.872 em 31/12/2024) os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Salários, Encargos, Outros benefícios, Total, 8. Direito de Uso A Companhia é arrendatária em contratos de veículos destinados a uso na operação, especialmente nas atividades de construção. A taxa de desconto média utilizada no respectivo período foi de 10,69% em 31/12/2025 e 8,71% em 31/12/2024. (a) Composição:

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Descrição, Custo, Amortização acumulada, Valor Líquido, Veículos, 9. Intangível A movimentação é como segue:

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Intangível em rodovias - obras e serviços, Direito de outorga da concessão, Direito de exploração de infra-estrutura, Outros, Total, Amortização acumulada, Saldos em 31/12/2023, Amortização 84.108, Baixas 756, Saldos em 31/12/2024, Amortização 58.089, Baixas 443, Saldos em 31/12/2025, Intangível líquido, Saldos em 31/12/2024, Saldos em 31/12/2023.

(a) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. (c) Refere-se substancialmente a marcas e patentes e software. A amortização é efetuada com base no período da concessão para marcas e patentes e para software é realizado a amortização de 20% a.a. (d) Em 31/12/2025, o montante de R\$ 1.745.550 refere-se ao Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 28/2025 ao contrato de concessão, referente ao equilíbrio econômico-financeiro, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include 10. Debêntures: Quantidade emitida unitária, Taxas contratuais, Vencimento, 2025, 2024, 9ª emissão: 1ª série, 10ª emissão: 1ª série, 12ª emissão: 1ª série, 13ª emissão, 1ª série, Custo de transação, Saldo líquido, Circulante, Não circulante, Cronograma de desembolso (não circulante): Ano do vencimento, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, (-) Custo de transação, 13ª emissão: Em 15/07/2025 a Companhia efetuou liquidação da 13ª emissão de debêntures públicas simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 15/01/2032. O montante total da emissão foi de R\$ 2.000.000, sendo 2.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 0,80% a.a. A amortização e os juros remuneratórios serão pagos em 13 parcelas, sendo o primeiro pagamento devido realizado em 15/01/2026 e os demais serão semestrais até a data do vencimento das debêntures. 12ª emissão: Em 18/10/2024 a Companhia efetuou liquidação da 12ª emissão de debêntures públicas simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 26/12/2027. O montante total da emissão foi de R\$ 600.000, sendo 600.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,15% a.a. A amortização e os juros remuneratórios serão pagos em 7 parcelas, sendo o primeiro pagamento devido realizado em 26/02/2025 e os demais serão semestrais até a data do vencimento das debêntures. 10ª emissão: Em 15/12/2020 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures públicas simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 15/12/2026. O montante total da emissão foi de R\$ 500.000, sendo 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 400.000 debêntures da 1ª série e 100.000 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,50% a.a. e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 2,00% do CDI acrescida de spread de 2,00%. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 3 parcelas iguais, pagas em 15/12/2024, 15/12/2025 e a terceira na data de vencimento das debêntures. Os pagamentos dos juros remuneratórios estão sendo realizados trimestralmente até a data do vencimento das debêntures. Em 15/12/2023 a Companhia liquidou a 2ª série da 10ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. Em 04/08/2025 a Companhia liquidou a 1ª série da 10ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. 9ª emissão: Em 30/07/2019 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures públicas simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimento final em 15/06/2025. O montante total da emissão foi de R\$ 514.630, sendo 51.463 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 41.000 debêntures da 1ª série e 10.463 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,50% a.a. e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,65% a.a. O saldo do valor nominal unitário das debêntures da 1ª série será amortizado em 2 parcelas iguais, devendo a primeira parcela, correspondente à 50% do saldo paga em 15/06/2024 e a segunda parcela na data de vencimento das debêntures. Os pagamentos da remuneração das debêntures da 1ª série estão sendo realizados trimestralmente até a data do vencimento das debêntures. Em 17/06/2024 a Companhia liquidou a 2ª série da 9ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. Em 16/06/2025 a Companhia liquidou a 1ª série da 9ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. Cláusulas restritivas: As escrituras da 12ª e 13ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, que são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ≤ 3,5 e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,2. As escrituras contemplam também cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de cláusulas não financeiras. Em 31/12/2025 e 31/12/2024, a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas. 11. Fornecedores:

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include De serviço de construção, De serviços operacionais, 12. Obrigações fiscais e Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar: a) Obrigações Fiscais: Programa de Integração Social - PIS e COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Outros, b) Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar: Imposto de renda e Contribuição social a pagar, 13. Credor pela concessão: Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000 e a última em fevereiro de 2020. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota explicativa nº. 1. O montante do ônus por concessão é apresentado como segue: Parcela variável, Total, Saldo variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, em 30/04/2025, foi celebrado o "TAM 28/2025", onde um dos objetivos foi ajustar a percentagem de 3% calculado sobre as receitas de pedágio e das receitas acessórias a título de ônus variável, para o período prorrogado (porém sem revogar o efeito do TAM que estabelece redução de 1,5% dos pagamentos do ônus variável). No decorrer do exercício findo em 31/12/2025, foi compensado com valores referente ao Projeto Ponto a Ponto (TAM nº 26/2019), conforme nota explicativa nº 01, o montante de R\$ 16.666 referente a parte variável do direito de outorga (R\$ 12.013 em 31/12/2024). 14. Provisão para manutenções: Os valores registrados como provisão para manutenção são revisados anualmente, e provisionados a cada trecho de rodovia com intervenções que ocorrem, em média, a cada quatro anos. Os valores foram ajustados a valor presente à taxa de 10,69% ao ano em 2025 e 9,44% ao ano em 2024. A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue: Saldo em 31/12/2023, Constituição da Provisão, Ajuste a valor presente sobre a constituição, Utilização, Ajuste a valor presente, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023.

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Saldo em 31/12/2023, Constituição da Provisão, Ajuste a valor presente sobre a constituição, Utilização, Ajuste a valor presente, Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rodovias das Colinas S.A.

continuação

Juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes								
Contas a receber	143.514	-	73.904	-	73.904	69.610	-	69.610
Debêntures e Mútuo	1.144.972	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.288.486	-	73.904	-	73.904	1.214.582	-	-
Passivos Debêntures – Principal e Juros (b)	2.659.125	1.696.691	465.220	465.220	1.270.977	1.215.075	1.294.418	3.780.470
Credor pela concessão	1.532	-	1.532	-	1.532	-	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	39.545	-	22.063	17.482	39.545	-	-	-
Passivo de arrendamento	40.579	14.217	2.692	8.077	10.769	17.481	15.647	10.900
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.740.781	1.710.908	26.287	490.779	517.066	1.288.458	1.230.722	1.305.318

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2025 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 12ª e 13ª emissões das debêntures. 59 24. **Gestão de Risco de Capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **Índice de endividamento:** O índice de endividamento no fim do exercício é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (a)	2.659.125	1.088.133
Caixa e equivalentes de caixa	(911.161)	(191.110)
Dívida líquida	1.747.964	897.023
Patrimônio líquido	1.199.439	624.470
Índice de endividamento líquido	1,46	1,44

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 09. **Índice de endividamento:** A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,46 em 31/12/2025 (1,44 em 31/12/2024), como resultado da 12ª e 13ª emissões de debêntures públicas (Nota 9). Os recursos da 12ª e 13ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia. 25. **Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. Notas explicativas às demonstrações financeiras 31/12/2025 (Em milhares de reais) A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. 26. **Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Límites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais – todos os riscos	Danos materiais à rodovia	41.714	Out/2026

27. **Eventos subsequentes:** i. Em 05/02/2026, a Companhia celebrou, com o Governo do Estado de São Paulo, Termo Aditivo e Modificativo nº 30/2026 ("TAM nº 30/2026") ao CONTRATO 012/CR/200 ("Contrato de Concessão"). O TAM nº 30/2026 tem por objetivo: (i) a inclusão dos investimentos atinentes às obras de dois ciclos de intervenção de pavimento no âmbito da conservação especial no escopo do Contrato de Concessão Rodoviária nº 012/CR/2000 (5ª e 6ª ciclos); (ii) reconhecer e desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme cálculos realizados por fluxo de caixa marginal; e (iii) equilibrar o Contrato de Concessão, por meio de prorrogação de prazo, em função dos desequilíbrios resultantes dos itens acima. Desta forma, o Contrato de Concessão fica com seu prazo contratual prorrogado para 01/06/2044. ii. Em 15/01/2026, a Companhia realizou o pagamento dos juros da 13ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 146.124.

DIRETORIA

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luis Felipe Araujo de Carvalho
Contador - CRC 1SP-337989

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da **Rodovia das Colinas S.A.**, Itu – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Colinas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rodovia das Colinas S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 6, a Companhia possui debêntures e mútuos a receber da AB Concessões S.A., no montante de R\$ 1.144.972 mil, cuja recuperabilidade depende da expectativa de ingresso de recursos provenientes da Triângulo do Sol Autoestradas S.A. (controlada da AB Concessões S.A.) os quais estão relacionados a créditos regulatórios favoráveis à Triângulo do Sol Autoestradas S.A., já reconhecidos pelo Poder Concedente; valores potencialmente recuperáveis em processo tributário e valores potencialmente liberáveis em processos trabalhistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** Veja as notas explicativas 2.9 e 18 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil, (i) análise da movimentação do saldo do contas a receber de 01 de janeiro a 31/12/2025, onde inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício com base nos extratos bancários, (ii) verificação do recebimento subsequente dos saldos de contas a receber das empresas de repasse de arrecadação de pedágio em 31/12/2025. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31/12/2025. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 07/04/2026

KPMG **Fernanda A. Tessari da Silva**
Auditores Independentes **Contadora**
CRC 2SP-014428/0-6 **CRC 1SP252905/0-2**

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 02.502.234/0001-62

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro – Em milhares de dólares (US\$) e de reais (R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		US\$	R\$	US\$	R\$
Circulante		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.750	16.634	75.658	102.993
Contas a receber	12	12.493	8.552	68.736	52.965
Impostos a recuperar	4	633	211	3.485	1.306
Outras contas a receber	5	438	361	2.408	2.222
		27.314	25.758	150.287	159.486
Não circulante					
Investimentos	6	2.488	1.659	13.685	10.270
Ativo imobilizado	7	468	409	2.441	2.107
Ativos intangíveis	8	33	62	171	329
		2.989	2.130	16.297	12.706
Total do ativo		30.303	27.888	166.584	172.192
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Frete para remessa	12	26.179	23.784	144.065	147.024
Obrigações tributárias	9	202	277	1.109	1.725
Obrigações trabalhistas	10	671	355	3.690	2.194
		27.052	24.416	148.864	150.943
Não circulante					
Provisão para contingências	11	50	50	242	242
		50	50	242	242
Patrimônio líquido					
Capital social	13	267	267	521	521
Plano de opção de compra de ações	13	496	496	2.403	2.403
Reserva legal		19	19	104	104
Reserva de lucros		2.658	3.150	14.300	17.692
Ajuste acumulado de conversão		(239)	(510)	150	287
		3.201	3.422	17.478	21.007
Total do passivo e patrimônio líquido		30.303	27.888	166.584	172.192

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em milhares de dólares (US\$) e de reais (R\$)

	Controladora					Total
	Capital social	Reserva legal	Plano de opção de compra de ações	Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	267	19	494	1.165	(204)	1.741
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.145	-	3.145
Plano de opção de compra de ações	-	-	2	-	-	2
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.160)	-	(1.160)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	(306)	(306)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	267	19	496	3.150	(510)	3.422
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.580	-	2.580
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.072)	-	(3.072)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	271	271
Saldos em 31 de dezembro de 2025	267	19	496	2.658	(239)	3.201

	Controladora					Total
	Capital social	Reserva legal	Plano de opção de compra de ações	Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	521	104	2.390	5.799	(235)	8.579
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.692	-	17.692
Plano de opção de compra de ações	-	-	13	-	-	13
Distribuição de lucros	-	-	-	(5.799)	-	(5.799)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	522	522
Saldos em 31 de dezembro de 2024	521	104	2.403	17.692	287	21.007
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.300	-	14.300
Distribuição de lucros	-	-	-	(17.692)	-	(17.692)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	(137)	(137)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	521	104	2.403	14.300	150	17.478

	Controladora					Total
	Capital social	Reserva legal	Plano de opção de compra de ações	Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	267	19	494	1.165	692	2.617
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.145	286	3.431
Plano de opção de compra de ações	-	-	2	-	-	2
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.160)	-	(1.160)
Participação de não controladores	-	-	-	-	(200)	(200)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	(217)	(217)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	267	19	496	3.150	778	4.274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.580	346	2.926
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.072)	-	(3.072)
Ajuste de conversão	-	-	-	-	214	214
Saldos em 31 de dezembro de 2025	267	19	496	2.658	1.124	4.342

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

1. Contexto operacional – A Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A. ("Cosco") tem como objetivo principal a prestação de serviços de agenciamento, planejamento, coordenação e acompanhamento do transporte de cargas nos seguintes modais e fases – rodoviário, marítimo, fluvial, lacustre e/ou ferroviário, a prestação de serviços de intermediação para transporte rodoviário de contêineres e serviços de carga em geral, paletização, embalagem e reparação de contêineres e montagens de negócios afins, relação de exploração portuária, na qualidade de operador portuário, entendidas assim a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ao provierimento do transporte aquaviário realizado em porto organizado, consultoria em operações de comércio exterior de desembarque e contratos de seguro para a exportação, importação e procedimentos aduaneiros com especial ou atípico, o comissário geral. A Cosco foi constituída sob as leis do Brasil, localizada na Avenida Paulista, 1337, 18º andar – 181/182 onde por determinação da Diretoria poderão ser instaladas ou desinstaladas agências, filiais e afiliadas em todo o território nacional ou no exterior, observadas as formalidades legais que se estabelecem no atendimento às destinações do Capital social. Em agosto de 2019, a Cosco iniciou suas operações na Colômbia, por meio de Operação Conjunta com a Agência Oceânica S.A.S., com 70% de participação e investimento inicial de US\$ 140 mil. O principal objetivo é a gestão e coordenação operacionais e comerciais de todas as atividades relacionadas aos navios da empresa de transporte marítimo Cosco Shipping Lines em portos colombianos. A Companhia, como agente geral da linha marítima na Colômbia, compromete-se a realizar a supervisão e o controle de todas as atividades, mercado, vendas e marketing de serviços, fatura, cobrança de frete e outros encargos cobertos pelas taxas da linha marítima e o pagamento dos custos operacionais com os recursos da linha marítima. Em contraprestação pelos serviços de agenciamento, a linha marítima remunera a empresa com o pagamento de uma comissão. Em janeiro de 2021, a Cosco iniciou suas operações no Equador, por meio de Operação Conjunta com a Agência Del Pacifico Delpac S.A., com 70% de participação e investimento inicial de US\$ 210 mil. Essa empresa terá como atividades a prestação de serviços de transporte marítimo e fluvial com embarcações próprias ou de terceiros; afretamento e operação de navios; afretamento, agenciamento e representação de navios, caminhões, consórcios ou agências, nacionais ou estrangeiros; operações portuárias de carga, descarga, armazenagem, acondicionamento e paletização, etiquetagem e controle de mercadorias; manutenção e limpeza de navios, barcos e caminhões utilizados em atividades de transporte fluvial, aéreo e terrestre. Em dezembro de 2022, a Cosco iniciou suas operações no Chile, por meio de Operação Conjunta com a Sociedade Marítima y Comercial Somarco Ltda., com 75% de participação e investimento inicial de US\$ 303 mil. A Companhia foi constituída em 6 de setembro de 1996 e seu objeto social é operar e desenvolver todos tipos de negócios marítimos, como contratos de agenciamento ou representações de qualquer tipo de empresa dedicada ao transporte marítimo ou aéreo e, em geral, representar todos tipos de empresas, nacionais e estrangeiras, e implementar e operar armazéns gerais e depósitos de contêineres, comprar, vender, importar, exportar, vender todos tipos de mercadorias, por conta própria ou para terceiros, investir em todos tipos de atividades relacionadas à propriedade, como mineração, silvicultura, agricultura, pesca, construção, financiamento, transportes e comércio, por conta própria ou alheia, e em geral, todos tipos de atividades e celebrar todos tipos de contratos necessários à implementação e desenvolvimento do negócio. Em 31 de julho de 2023, a Cosco Shipping Lines Brasil S.A. iniciou o investimento na Cosco Shipping (América do Sul)

SCM.CO. Ltda. O capital social da empresa é de R\$ 5.000.000,00 dividido em cinco milhões de ações, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, distribuído entre os sócios Cosco Shipping Lines Brasil S.A. e Cosco Shipping (South America) Co. Ltda. O capital social poderá ser aumentado, se todas as ações forem integralizadas, por deliberação dos acionistas detentores de pelo menos 51% do capital. **2.2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** – **2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em 17 de fevereiro de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. **2.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme quadro a seguir:

	2025	2024
Cosco Shipping Lines Ecuador CIA Ltda.	70%	70%
Cosco Shipping Lines (Chile) S.A.	75%	75%
Cosco Shipping (South America) SCM Co. Ltda.	51%	51%

Principais procedimentos de consolidação: Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas nas Notas Explicativas. O processo de consolidação contempla os seguintes procedimentos: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital social, reservas e lucros acumulados das controladas diretas e indiretas. (c) Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de transações entre as empresas do grupo. (d) Desteque do valor da participação de não controladores em uma conta do patrimônio líquido, correspondente à parcela do patrimônio atribuído à participação de não controladores. A Companhia optou pelo critério de consolidação integral e não pelo critério de consolidação proporcional, uma vez que não possui controle compartilhado ou acordos contratuais. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. **2.4 Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera. As principais fontes geradoras de caixa e despesas

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		US\$	R\$	US\$	R\$
Receita operacional líquida	14	9.143	8.440	51.067	45.767
Custo dos serviços prestados	15	(1.024)	(954)	(5.721)	(5.162)
Lucro bruto		8.119	7.486	45.346	40.605
(Despesas) e outras receitas					
Despesas administrativas	16	(7.521)	(6.450)	(42.002)	(35.192)
Despesas tributárias		(140)	(193)	(786)	(1.076)
Equivalência patrimonial	6	1.330	738	7.316	4.505
Outras receitas operacionais		1	450	2	2.704
		(6.330)	(5.455)	(35.470)	(29.059)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		1.789	2.031	9.876	11.546
Resultado financeiro líquido	17	1.562	2.447	8.729	13.458
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.351	4.478	18.605	25.004
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(771)	(1.333)	(4.305)	(7.312)
Lucro líquido do exercício		2.580	3.145	14.300	17.692

	Nota	Controladora		Consolidado	
		US\$	R\$	US\$	R\$
Receita operacional líquida	14	33.605	24.648	187.678	134.102
Custo dos serviços prestados	15	(15.672)	(10.547)	(87.541)	(57.697)
Lucro bruto		17.933	14.101	100.137	76.405
(Despesas) e outras receitas					
Despesas administrativas	16	(14.098)	(12.125)	(78.740)	(66.354)
Despesas tributárias		(209)	(221)	(1.157)	(1.220)
Equivalência patrimonial	6	377	314	2.071	1.944
Outras receitas (despesas) operacionais		(153)	394	(857)	2.415
		(14.083)	(11.638)	(78.683)	(63.215)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		3.850	2.463	21.454	13.190
Resultado financeiro líquido	17	276	2.614	1.547	14.495
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.126	5.077	23.001	27.685
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.200)	(1.646)	(6.701)	(9.073)
Lucro líquido do exercício		2.926	3.431	16.300	18.612
Acionistas controladores		2.580	3.145	14.300	17.692
Participação de não controladores		346	286	2.000	920

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de dólares (US\$) e de reais (R\$)

	Controladora			
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.580	3.145	14.300	17.692
Varição cambial sobre o capital investido no exterior	(25)	53	(137)	287
Ajuste de conversão	296	(563)	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.851	2.635	14.163	17.979

	Controladora			
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.926	3.431	16.300	18.612
Varição cambial sobre o capital investido no exterior	(25)	53	(137)	243
Ajuste de conversão	239	(489)	570	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.140	2.995	16.733	18.855

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de dólares (US\$) e de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.580	3.145	14.300	17.692
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	135	83	739	511
Equivalência patrimonial	(1.330)	(738)	(7.316)	(4.505)
Varição cambial sobre o capital investido no exterior	(25)	102	(137)	522
Provisão para plano de opção de compra de ações	-	2	-	13
Ajuste de conversão	296	(408)	-	-
	1.656	2.186	7.586	14.233
Varição em ativos e passivos operacionais				
Redução (aumento) em contas a receber	(3.941)	323	(15.771)	(10.008)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(422)	84	(2.179)	123
Redução (aumento) em outras contas a receber	(77)	(120)	(186)	(1.055)
(Redução) aumento em frete para remessa	2.395	6.221	(2.959)	62.007
(Redução) aumento em obrigações tributárias	(75)	148	(616)	1.105
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas	316	-	1.496	477
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(1.804)	6.656	(20.215)	52.649
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Investimentos	(28)	189	990	(528)
Distribuição de lucros	529	98	2.911	608
Aquisição de bens do ativo imobilizado e ativos intangíveis	(165)	(93)	(915)	(571)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	336	194	2.986	(491)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	(3.072)	(1.160)	(17.692)	(5.799)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.072)	(1.160)	(17.692)	(5.799)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(2.884)	7.876	(27.335)	60.592
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.634	8.758	102.993	42.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.750			

... continuação

Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.

são originadas em R\$ (reais); dessa forma, considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Conforme permitido pela IAS 21 – Efeitos das variações nas taxas de câmbio, a Companhia apresenta as demonstrações financeiras considerando tanto o real quanto o dólar como moedas de apresentação. Os seguintes procedimentos foram aplicados para apresentação em dólares: • Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado foram convertidos pela taxa de câmbio em vigor ao final de cada período apresentado nestas demonstrações financeiras; • As receitas e despesas de cada demonstração do resultado abrangente e demonstração do resultado do exercício foram convertidas pela taxa de câmbio média do período; e • Todas as diferenças de câmbio resultantes foram reconhecidas como ajuste acumulado de conversão para outros resultados abrangentes.

2.5 Principais políticas contábeis: (a) Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração: Conforme a IFRS 9/NBC TG 48, um ativo financeiro é classificado no reconhecimento inicial como: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo a IFRS 9/CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros ao custo amortizado – Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros e os ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • O instrumento de dívida é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros, e • os termos contratuais do instrumento de dívida geram, em datas específicas, fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são compostos por caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e contas a receber (Nota 12) mensurados ao custo amortizado. Conforme a IFRS 9/NBC TG 48, os passivos financeiros são classificados por ocasião do reconhecimento inicial como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e os ganhos ou perdas líquidos, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Ganhos ou perdas no reconhecimento também são reconhecidos no resultado. Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por frete para remessa (Nota 12), os quais são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. São avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos que não excedem seus respectivos valores de mercado, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixos para resgate e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **(c) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas ao preço da transação, deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base na experiência histórica de perdas de crédito e nas projeções das premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juros efetiva do ativo financeiro. De acordo com a substituição do modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está em conformidade com o modelo de perdas esperadas. **(d) Ativo imobilizado:** Itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para perdas acumuladas. Um item do ativo imobilizado é desreconhecido quando baixado. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do ativo imobilizado são determinados como a diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, sendo reconhecidos no resultado. **Depreciação:** A depreciação acumulada foi calculada pelo método linear e reconhecida no resultado do exercício às taxas mencionadas na Nota 7. **(e) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis referem-se, principalmente, a licenças de softwares, registradas de acordo com o CPC 4 (R1) – Ativo Intangível ao custo de constituição ou aquisição, deduzido da amortização e provisões para perdas acumuladas. **Amortização:** A amortização acumulada foi calculada pelo método linear e reconhecida no resultado do exercício às taxas mencionadas na Nota 8. **(f) Investimentos em coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle ou o controle conjunto. Em geral, esse é o caso quando a Companhia detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial após, inicialmente, serem reconhecidos pelo seu valor de custo. **(g) Ajustes a valor presente:** São ajustados a seu valor presente com base no método da taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustados somente pela inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram identificados ajustes dessa natureza. **(h) Fornecedores:** Registrados pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescido das variações cambiais, quando aplicáveis, incorridas até a data de encerramento do exercício. **(i) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As despesas ou reversões relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável para o exercício às alíquotas fiscais que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço patrimonial e quaisquer ajustes nos impostos a pagar em relação a exercícios anteriores. **(k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. Eles incluem, quando aplicável, encargos, correção monetária e variações cambiais incorridos. **(l) Redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”)** Ativos são avaliados para identificar evidências de impairment anualmente ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Administração da Companhia avaliou seus ativos e verificou que não há indicadores internos ou externos de impairment. **(m) Ajustes a valor presente:** A Companhia avaliou seus ativos e passivos circulantes e não circulantes em relação aos valores a realizar no futuro, prazos de liquidação, vencimentos e possíveis taxas de desconto, e verificou que quaisquer ajustes a valor presente seriam insignificantes. Dessa forma, não houve impactos dessa natureza nas demonstrações financeiras. **(n) Reconhecimento de receita:** • As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. • A receita é mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. • As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre vendas, devoluções, descontos e abatimentos. • Em conformidade com o Pronunciamento 47 (Receita de Contratos com Clientes)/IFRS 15, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia reconhece suas receitas somente quando: (i) o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável; (ii) for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia; (iii) os custos incorridos ou a incorrer relacionados à transação puderem ser mensurados de forma confiável. **(o) Novas normas, alterações e interpretações: Novas normas e alterações vigentes no exercício atual: Alterações à NBC TG 02 (R3)/IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** Aplicação de uma abordagem consistente na avaliação sobre se uma moeda é conversível em outra moeda; Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2025. A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou alterações que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras. **Novas normas, interpretações e alterações ainda não em vigor:** Adicionalmente, o IASB está trabalhando na emissão de novas normas e na revisão das normas existentes, que entrarão em vigor em ou após 1º de janeiro de 2026, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alterações à NBC TG 48/IFRS 9 e NBC TG 40 (R3)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidência:** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletridade dependente da natureza. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** Estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS. Essas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027.

A Administração da Companhia está avaliando as novas normas ainda não vigentes que podem impactar suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	13.750	16.634	75.658	102.993

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Bancos	35.745	38.007	196.663	235.334

4. Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda a recuperar	633	211	3.485	1.306

5. Outras contas a receber

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos judiciais	221	185	1.209	1.152
Fator Seguradora S/A	47	44	258	271
Brazilian Visas Serviços De Apoio Empresa Brasileira de Benefícios Informa Markets Ltda.	-	33	-	204
Outras	13	18	69	111
	157	62	872	366
	438	361	2.408	2.222

6. Investimentos

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos judiciais	221	185	1.209	1.152
Fator Seguradora S/A	47	44	258	271
Informa Markets Ltda.	13	18	69	111
Somarco	-	1.106	-	6.845
Brazilian Visas Serviços De Apoio Empresa Brasileira de Benefícios Informa Markets Ltda.	-	33	-	204
Outras	710	161	3.915	968
	991	1.566	5.451	9.669

7. Movimentação do investimento no Chile – Controladora

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	507	2.791	(202)	(1.110)
Distribuição de lucros	(202)	(1.110)	(36)	(197)
Varição cambial	(36)	(197)	49	-
Ajuste de conversão	49	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	701	3.856	701	3.856

8. Movimentação do investimento no Equador – Controladora

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	212	1.285	(16)	(101)
Distribuição de lucros	(16)	(101)	21	127
Varição cambial	21	127	(53)	-
Ajuste de conversão	(53)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	321	1.988	321	1.988

9. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	377	2.072	(252)	(1.386)
Distribuição de lucros	(252)	(1.386)	(97)	(535)
Varição cambial	(97)	(535)	52	-
Ajuste de conversão	52	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	499	2.745	499	2.745

10. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	314	1.944	(62)	(381)
Distribuição de lucros	(62)	(381)	12	73
Varição cambial	12	73	(44)	-
Ajuste de conversão	(44)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	419	2.594	419	2.594

11. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

12. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

13. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

14. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

15. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

16. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

17. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

18. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

19. Movimentação do investimento na Colômbia – Controladora e consolidado

Descrição	Controladora		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	124	1.24	(124)	-
Distribuição de lucros	(124)	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Ajuste de conversão	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	199	958	199	958

recursos da linha marítima. Em contraprestação pelos serviços de agenciamento, a linha marítima remunera a empresa com o pagamento de uma comissão.

7. Ativo imobilizado

Descrição	Vida útil (anos)	Controladora			
		2023	Adições	Baixas	2024
Custo	127	-	-	-	127
Depreciação	(119)	-	-	-	(119)
Veículos	5,7	8	-	-	8
Custo	41	-	-	-	41
Depreciação	(31)	(2)	-	-	(33)
Fábrica – máquinas, instalações e equipamentos	12,3	110	(2)	-	8
Custo	409	89	-	-	498
Depreciação	(132)	(58)	-	-	(190)
Computadores e equipamentos associados	6,25	277	31	-	308
Custo	53	2	-	-	55
Depreciação	(40)	(2)	-	-	(42)
Móveis e utensílios	15	13	-	-	13
Custo	181	-	-	-	181
Depreciação	(108)</				

... continuação																																												
Cosco Shipping Lines (Brasil) S.A.																																												
Ações do Participante em questão só se tornarão exercíveis se o Participante tiver obtido uma nota de avaliação "qualificado" ou "equivalente a qualificado" ou superior, em oposição a "qualificado" ou acima, de acordo com o Programa de Incentivo de Opção de Compra de Ações, na sua avaliação de desempenho do exercício imediatamente anterior ao exercício das Opções de Ações realizado nos termos das Medidas de Avaliação. Todas as opções concedidas expiram em dez anos a partir da data de concessão dessas opções. Dessa forma, o período aquisitivo da Companhia é de dois anos, uma tranche para cada período aquisitivo, cada período de exercício tem um prazo de carência e para cada tranche a Companhia tem uma data de vencimento das opções outorgadas.																																												
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Número de série</th> <th>Funcionário</th> <th>Número de ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>269</td><td>Li Zheng</td><td>689,000</td></tr> <tr><td>270</td><td>Li Zheng</td><td>552,500</td></tr> <tr><td>271</td><td>Li Zheng</td><td>448,500</td></tr> <tr><td>349</td><td>Li Zheng</td><td>448,500</td></tr> <tr><td>352</td><td>Li Zheng</td><td>448,500</td></tr> <tr><td colspan="2">Total de ações</td><td>2.587,000</td></tr> <tr><td colspan="2">Valor total das ações em US\$</td><td>481</td></tr> <tr><td colspan="2">Valor total das ações em R\$</td><td>2.323</td></tr> </tbody> </table>					Número de série	Funcionário	Número de ações	269	Li Zheng	689,000	270	Li Zheng	552,500	271	Li Zheng	448,500	349	Li Zheng	448,500	352	Li Zheng	448,500	Total de ações		2.587,000	Valor total das ações em US\$		481	Valor total das ações em R\$		2.323													
Número de série	Funcionário	Número de ações																																										
269	Li Zheng	689,000																																										
270	Li Zheng	552,500																																										
271	Li Zheng	448,500																																										
349	Li Zheng	448,500																																										
352	Li Zheng	448,500																																										
Total de ações		2.587,000																																										
Valor total das ações em US\$		481																																										
Valor total das ações em R\$		2.323																																										
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ações Cosco Brasil</th> <th>Ações Cosco Equador</th> <th>Ações Cosco Chile</th> <th>Ações Cosco Equador</th> <th>Ações Cosco Chile</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>481</td><td>13</td><td>2</td><td>12</td><td>68</td></tr> <tr><td colspan="5">Valor total das ações em R\$</td><td>2.403</td></tr> </tbody> </table>					Ações Cosco Brasil	Ações Cosco Equador	Ações Cosco Chile	Ações Cosco Equador	Ações Cosco Chile	481	13	2	12	68	Valor total das ações em R\$					2.403																								
Ações Cosco Brasil	Ações Cosco Equador	Ações Cosco Chile	Ações Cosco Equador	Ações Cosco Chile																																								
481	13	2	12	68																																								
Valor total das ações em R\$					2.403																																							
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>24.648</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>187.678</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>134.102</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605	2025				24.648	2024				187.678	2025				134.102
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								
2025				24.648																																								
2024				187.678																																								
2025				134.102																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>9.940</td><td>9.093</td><td>55.524</td><td>49.332</td></tr> <tr><td>(370)</td><td>(353)</td><td>(2.069)</td><td>(1.913)</td></tr> <tr><td>(65)</td><td>(48)</td><td>(368)</td><td>(262)</td></tr> <tr><td>(362)</td><td>(252)</td><td>(2.020)</td><td>(1.390)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>9.143</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>8.440</td></tr> <tr><td colspan="4">2024</td><td>51.067</td></tr> <tr><td colspan="4">2025</td><td>45.767</td></tr> </tbody> </table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	9.940	9.093	55.524	49.332	(370)	(353)	(2.069)	(1.913)	(65)	(48)	(368)	(262)	(362)	(252)	(2.020)	(1.390)	Total				9.143	2025				8.440	2024				51.067	2025				45.767
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
9.940	9.093	55.524	49.332																																									
(370)	(353)	(2.069)	(1.913)																																									
(65)	(48)	(368)	(262)																																									
(362)	(252)	(2.020)	(1.390)																																									
Total				9.143																																								
2025				8.440																																								
2024				51.067																																								
2025				45.767																																								
Controladora																																												
Posição no plano de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2025 e 2024																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Receita bruta</th> <th>Imposto sobre vendas</th> <th>PIS</th> <th>COFINS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>34.517</td><td>25.410</td><td>192.776</td><td>138.263</td></tr> <tr><td>(416)</td><td>(396)</td><td>(2.324)</td><td>(2.148)</td></tr> <tr><td>(78)</td><td>(93)</td><td>(437)</td><td>(519)</td></tr> <tr><td>(418)</td><td>(273)</td><td>(2.337)</td><td>(1.494)</td></tr> <tr><td colspan="4">Total</td><td>33.605</td></tr></tbody></table>					Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS	34.517	25.410	192.776	138.263	(416)	(396)	(2.324)	(2.148)	(78)	(93)	(437)	(519)	(418)	(273)	(2.337)	(1.494)	Total				33.605															
Receita bruta	Imposto sobre vendas	PIS	COFINS																																									
34.517	25.410	192.776	138.263																																									
(416)	(396)	(2.324)	(2.148)																																									
(78)	(93)	(437)	(519)																																									
(418)	(273)	(2.337)	(1.494)																																									
Total				33.605																																								

Apetece Sistemas de Alimentação S/A																																									
CNPJ/MF nº 60.166.832/0001-04																																									
Mensagem da Administração																																									
<p>Apesar do último ano, consolidamos projetos e processos estruturantes que nos fortaleceram para alcançar os objetivos estratégicos: foco na rentabilidade do negócio, adequação da estrutura de custos e incremento da eficiência operacional. Avançamos e investimos de forma consistente em tecnologia, por meio de uma agenda de transformação tecnológica que inclui a adoção de soluções para adequação à Reforma Tributária e IA (Inteligência Artificial) para ampliar a assertividade nas decisões. O ano de 2025 foi orientado para excelência, por meio do fortalecimento de uma cultura corporativa ágil e orientada a resultados positivos. Isso se reflete nos nossos números, com redução de 20% nas despesas administrativas e 6,5% nas despesas operacionais, com incremento de 13,6% do EBITDA. A empresa encerrou o ano com R\$ 29,8 milhões de serviços prestados a serem faturados somente em 2026, este fator impacta diretamente na receita realizada e em estoques elevados. Servimos mais de 45 milhões de refeições, distribuídas em 450 pontos de atendimento, nas diversas modalidades de atuação (<i>in company e delivery</i>) e segmentos (escolar, hospitalar e corporativo). Nossos clientes foram premiados, na categoria de alimentação escolar, nacional e internacionalmente. Para alcançar estes resultados, contamos, internamente, com um time formado por profissionais altamente qualificados, comprometidos e resilientes, que fazem a diferença com ética, dedicação e empenho. Por meio do Programa Desenvolver para Crescer e da Academia Apetece formamos e aperfeiçoamos talentos. Contamos também com o apoio do PAEX (Parceiros para a Excelência), projeto desenvolvido pela Fundação Dom Cabral (FDC), visando preparar a Apetece para a perenidade do negócio e a geração de valor. Seguimos apoiando as várias iniciativas da cidade de São Caetano do Sul, como a seleção de vôlei e squash. Esperamos despertar seu interesse em conhecer mais sobre a Apetece, nossos avanços, compromissos e direcionadores estratégicos.</p>																																									
Relatório da Administração																																									
<p>Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do exercício social referente ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.</p> <p style="text-align: right;">São Caetano do Sul, 31 de dezembro de 2025. <i>A Diretoria.</i></p>																																									
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em R\$)			Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)																																						
	2025	2024	2025	2024	2024																																				
Ativo			Passivo																																						
Circulante	153.196.825	136.385.165	Circulante	26.304.619	20.353.270																																				
Disponível	12.875.653	10.441.135	Fornecedores	13.480.815	10.410.609																																				
Caixa e Bancos	12.875.653	10.441.135	Obrigações com Pessoal	6.239.957	4.248.684																																				
Créditos	140.321.172	125.944.030	Obrigações Tributárias	4.686.704	4.751.293																																				
Clientes	62.448.558	58.046.241	Contas a Pagar	1.897.143	942.684																																				
Outros Créditos	29.416.347	16.663.920																																							
Impostos a Recuperar	26.633.831	24.371.357	Não Circulante	116.786.232	99.082.659																																				
Estoques	21.822.436	26.862.513	Exigível a Longo Prazo	116.786.232	99.082.659																																				
Não Circulante	478.593.189	467.777.327	Empréstimos e Financiamentos	16.015.457	16.094.170																																				
Realizável a Longo Prazo	23.066.467	13.706.946	Refis	35.179.986	40.058.268																																				
Outros Créditos	23.066.467	13.706.946	Contas a Pagar	36.112.718	42.930.222																																				
Investimentos	14.525	14.525	Controladas e Coligadas	29.478.071	-																																				
Participação Societária	14.525	14.525																																							
Imobilizado	5.485.840	4.038.786	Patrimônio Líquido	488.699.163	484.726.563																																				
Imobilizado Líquido	5.485.840	4.038.786	Capital Social	51.389.000	51.389.000																																				
Intangível	450.026.357	450.017.070	Reserva de Capital	450.001.334	450.001.334																																				
Intangível	450.026.357	450.017.070	Prejuízos Acumulados	(12.691.171)	(16.663.771)																																				
Total do Ativo	631.790.014	604.162.492	Total do Passivo	631.790.014	604.162.492																																				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)																																									
	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total																																					
Saldo em 31/12/2024	51.389.000	450.001.334	(16.663.771)	484.726.563																																					
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	696.572	696.572																																					
Resultado do Exercício	-	-	3.276.028	3.276.028																																					
Saldo em 31/12/2025	51.389.000	450.001.334	(12.691.171)	488.699.163																																					
Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro (Valores expressos em Reais)																																									
<p>1. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme as disposições da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 2. As Demonstrações Contábeis – Estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa. 3. Caixa e Equivalentes de Caixa – As Contas Bancos Movimentos são utilizadas para pagamentos de seus fornecedores, prestadores, obrigações trabalhistas e sociais, empréstimos e despesas. Nestas contas também são registrados todos os recursos da Companhia recebidos por vendas no exercício de 2025, e tem o saldo final disponível de R\$ 12.875.653,07 (doze milhões oitocentos e setenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e três reais e sete centavos). As Aplicações Financeiras totalizam o valor de R\$ 10.976.935,58 (dez milhões novecentos e setenta e seis mil novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), e estão demonstradas pelos valores originalmente aplicados, acrescidos de rendimentos auferidos e apropriados até a data de encerramento do exercício financeiro. 4. EBITDA – A Apetece fechou o ano calendário de 2025 com um resultado operacional de R\$ 13.802 milhões contra um resultado de R\$ 12.147 milhões no ano calendário de 2024 representando um acréscimo de caixa operacional (EBITDA) pelo conceito internacional. 5. Clientes – Os créditos a receber são resultantes do fornecimento de alimentos e da comercialização de gêneros alimentícios estando reconhecidos e registrados em conformidade com seu período de competência, e, em 31 de dezembro de 2025, os créditos efetivos a receber, totalizam o montante: R\$ 62.448.557,66 (sessenta e dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos). A carteira de clientes tem Contratos com vigência entre 5 e 10 anos, com receita Bruta projetada de R\$ 371.493 milhões para o ano de 2026. O valor total da carteira está assim constituído:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>(R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Clientes</td> <td>62.448.558</td> </tr> <tr> <td>Faturado 2025</td> <td>256.985.804</td> </tr> <tr> <td>Saldo a Faturar</td> <td>1.077.523.530</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.334.509.334</td> </tr> </tbody> </table> <p>6. Outros Créditos – Os valores contabilizados em Outros Créditos, está representado pelas contas de: adiantamentos a fornecedores, adiantamentos a funcionários, e de outros adiantamentos, pelo valor de R\$ 29.416.347,34 (Vinte e nove milhões quatrocentos e dezesseis mil trezentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos). Não foram reconhecidos no balanço os créditos abaixo discriminados, decorrentes de ações judiciais impetradas pela Apetece contra antigos clientes, relativos a ajustes e reajustes de valores contratuais:</p> <p>Outros Créditos a Receber (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>(R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ações não julgadas</td> <td>18.143.435</td> </tr> <tr> <td>Transitado em Julgado</td> <td>9.571.471</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>27.714.906</td> </tr> </tbody> </table> <p>Nossos advogados estimam que 50% desses créditos estejam realizados nos próximos 5 anos: média líquida de R\$ 3.485 milhões/ano corrigidos. O impacto deste Resultado marginal só poderá ser medido quando realizado e conhecido o lucro da operação nos próximos anos. Entretanto o impacto será significativamente positivo. 7. Impostos a Recuperar – O montante de R\$ 26.633.830,64 (vinte e seis milhões seiscentos e trinta e três mil oitocentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos) referem-se a IRRF; PIS; COFINS; e ICMS a serem compensados dos saldos devedores futuros. 8. Ativo Imobilizado – O Ativo Imobilizado corresponde aos bens de natureza permanente, registrado pelo custo de aquisição. Assim sendo, os valores registrados são, a saber:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Saldo em 31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instalações</td> <td>1.384.200</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e Equipamentos</td> <td>12.569.968</td> </tr> <tr> <td>Computadores e Periféricos</td> <td>754.925</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>3.727.523</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>2.250.686</td> </tr> <tr> <td>Ferramentas</td> <td>13.866</td> </tr> <tr> <td>(-) Depreciações</td> <td>(15.215.328)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>5.485.840</td> </tr> </tbody> </table> <p>As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas usuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. 9. Refis – A Companhia, diante dos elevados custos tributários do ano-calendário abrangido por estas demonstrações, optou por realizar a recaptação e revisão de parcelamentos e transações. Como resultado dessas medidas, será alcançada uma redução da ordem de 45% do saldo atualizado, a qual se refletirá nos saldos contábeis registrados no grupo "Refis". Tal procedimento comprova e evidencia, de forma adequada, as variações ocorridas nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia. 10. Capital Social – O Capital Social é de R\$ 51.389.000,00 (cinquenta e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil reais), representadas por 51.389.000 ações totalmente integralizadas. 11. Resultados Acumulados – O resultado em 31 de dezembro de</p>							(R\$)	Clientes	62.448.558	Faturado 2025	256.985.804	Saldo a Faturar	1.077.523.530	Total	1.334.509.334		(R\$)	Ações não julgadas	18.143.435	Transitado em Julgado	9.571.471	Total	27.714.906		Saldo em 31/12/2025	Instalações	1.384.200	Máquinas e Equipamentos	12.569.968	Computadores e Periféricos	754.925	Móveis e Utensílios	3.727.523	Veículos	2.250.686	Ferramentas	13.866	(-) Depreciações	(15.215.328)	Total	5.485.840
	(R\$)																																								
Clientes	62.448.558																																								
Faturado 2025	256.985.804																																								
Saldo a Faturar	1.077.523.530																																								
Total	1.334.509.334																																								
	(R\$)																																								
Ações não julgadas	18.143.435																																								
Transitado em Julgado	9.571.471																																								
Total	27.714.906																																								
	Saldo em 31/12/2025																																								
Instalações	1.384.200																																								
Máquinas e Equipamentos	12.569.968																																								
Computadores e Periféricos	754.925																																								
Móveis e Utensílios	3.727.523																																								
Veículos	2.250.686																																								
Ferramentas	13.866																																								
(-) Depreciações	(15.215.328)																																								
Total	5.485.840																																								
<p>foram reconhecidos no balanço os créditos abaixo discriminados, decorrentes de ações judiciais impetradas pela Apetece contra antigos clientes, relativos a ajustes e reajustes de valores contratuais:</p> <p>Outros Créditos a Receber (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>(R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ações não julgadas</td> <td>18.143.435</td> </tr> <tr> <td>Transitado em Julgado</td> <td>9.571.471</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>27.714.906</td> </tr> </tbody> </table> <p>Nossos advogados estimam que 50% desses créditos estejam realizados nos próximos 5 anos: média líquida de R\$ 3.485 milhões/ano corrigidos. O impacto deste Resultado marginal só poderá ser medido quando realizado e conhecido o lucro da operação nos próximos anos. Entretanto o impacto será significativamente positivo. 7. Impostos a Recuperar – O montante de R\$ 26.633.830,64 (vinte e seis milhões seiscentos e trinta e três mil oitocentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos) referem-se a IRRF; PIS; COFINS; e ICMS a serem compensados dos saldos devedores futuros. 8. Ativo Imobilizado – O Ativo Imobilizado corresponde aos bens de natureza permanente, registrado pelo custo de aquisição. Assim sendo, os valores registrados são, a saber:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Saldo em 31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instalações</td> <td>1.384.200</td> </tr> <tr> <td>Máquinas e Equipamentos</td> <td>12.569.968</td> </tr> <tr> <td>Computadores e Periféricos</td> <td>754.925</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>3.727.523</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>2.250.686</td> </tr> <tr> <td>Ferramentas</td> <td>13.866</td> </tr> <tr> <td>(-) Depreciações</td> <td>(15.215.328)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>5.485.840</td> </tr> </tbody> </table> <p>As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas usuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. 9. Refis – A Companhia, diante dos elevados custos tributários do ano-calendário abrangido por estas demonstrações, optou por realizar a recaptação e revisão de parcelamentos e transações. Como resultado dessas medidas, será alcançada uma redução da ordem de 45% do saldo atualizado, a qual se refletirá nos saldos contábeis registrados no grupo "Refis". Tal procedimento comprova e evidencia, de forma adequada, as variações ocorridas nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia. 10. Capital Social – O Capital Social é de R\$ 51.389.000,00 (cinquenta e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil reais), representadas por 51.389.000 ações totalmente integralizadas. 11. Resultados Acumulados – O resultado em 31 de dezembro de</p>							(R\$)	Ações não julgadas	18.143.435	Transitado em Julgado	9.571.471	Total	27.714.906		Saldo em 31/12/2025	Instalações	1.384.200	Máquinas e Equipamentos	12.569.968	Computadores e Periféricos	754.925	Móveis e Utensílios	3.727.523	Veículos	2.250.686	Ferramentas	13.866	(-) Depreciações	(15.215.328)	Total	5.485.840										
	(R\$)																																								
Ações não julgadas	18.143.435																																								
Transitado em Julgado	9.571.471																																								
Total	27.714.906																																								
	Saldo em 31/12/2025																																								
Instalações	1.384.200																																								
Máquinas e Equipamentos	12.569.968																																								
Computadores e Periféricos	754.925																																								
Móveis e Utensílios	3.727.523																																								
Veículos	2.250.686																																								
Ferramentas	13.866																																								
(-) Depreciações	(15.215.328)																																								
Total	5.485.840																																								
<p>2025 importa em Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 12.691.170,61 (doze milhões seiscentos e noventa e um mil cento e setenta reais e sessenta e um centavos). 12. Balanço Patrimonial – O Balanço e suas demonstrações contábeis em inteiro teor estão arquivados na sede da empresa à disposição dos acionistas, conforme art. 133 da Lei 6.404 de 1976.</p> <p style="text-align: right;">Edna da Silva – Diretora Mozes Agamenon Mellado de Queiroz Contador CRC nº 1SP 224.966/O-6</p>																																									
<p>Parer dos Auditores Independentes</p> <p>Aos Srs. Acionistas e Diretores da Apetece Sistemas de Alimentação S/A. 1. Examinei os Balanços Patrimoniais da empresa, levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e as respectivas demonstrações de resultado das mutações do patrimônio líquido, das demonstrações do Fluxo de Caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2. Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade; b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas. 3. Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apetece Sistemas de Alimentação S/A em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p style="text-align: right;">Goiania, 31 de dezembro de 2025. Aguiar Araujo de Oliveira – Auditor Independente CRC/GO 7.306/O – CVM 9059</p>																																									

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



REC LOG 2 S.A.

CNPJ/MF nº 12.980.045/0001-59 – NIRE 35.300.386.698

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2026

Data, Horário e Local: No dia 30/03/2026, às 10h, realizada de forma exclusivamente virtual. **Composição da Mesa:** A assembleia foi presidida por **Renan Maracaibe Rego**, com os trabalhos secretariados por **Jorge Carlos Nuñez**. **Presenças e Convocação:** Presente a totalidade dos acionistas da REC LOG 2 S.A. ("Companhia"), conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, razão pela qual foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."). **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) alteração do endereço da sede da Companhia; (ii) a criação de ações preferenciais da Companhia; (iii) a conversão de ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais; (iv) a redução do capital social em razão da absorção de prejuízo de exercícios anteriores; (v) o resgate de todas as ações preferenciais de emissão da Companhia, com a correspondente redução do capital social da Companhia; (vi) a renúncia dos Diretores renunciantes dos respectivos cargos na Diretoria da Companhia e a consequente alteração dos Artigos 10º e 11º do Estatuto Social da Companhia; e (vii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções ou ressalvas, em conformidade com e para os fins da Cláusula 9.9 do Acordo de Acionistas da Companhia, deliberaram o seguinte: **1.** Os acionistas decidem alterar o endereço da sede da Companhia, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 7º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.311 – 10º andar – Itaim Bibi, CEP 04538-905. Em razão do acima exposto, o caput do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.311 – 10º andar – Itaim Bibi, CEP 04538-905, e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País e do exterior, mediante deliberação da Diretoria." **2.** Consignar que o capital social aumentado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/08/2025, foi totalmente integralizado. Na sequência aprovam a criação de ações preferenciais de emissão da Companhia, que terão as seguintes características: (i) terão direito a voto; (ii) participarão de distribuições de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias; (iii) terão direito à prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias, sem prêmio; e (iv) serão resgatáveis, na forma da Lei das S.A. **3.** Aprovar a conversão das seguintes ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais: (a) Todas as 83.700.435 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia de titularidade da acionista **PREP III Industrial Co-Investment LP** (CNPJ nº 13.222.012/0001-02) ("PREP III") são convertidas em 83.701.324 ações preferenciais; e (b) Todas as 30.131.526 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia de titularidade da acionista **Genesis Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário FII** (CNPJ nº 30.982.974/0001-89) ("GENESIS") são convertidas em 30.131.526 ações preferenciais. **3.1.** Todos os acionistas declaram, expressa e irrevogavelmente, sua concordância com a conversão das ações ordinárias em preferenciais conforme acima, bem como com as preferências e demais características atribuídas às ações preferenciais da Companhia. **4.** Aprovar a redução do capital social da Companhia, para absorção de prejuízos de exercícios anteriores, no valor de R\$ 64.635.696,06, sem o cancelamento de ações. **5.** Aprovar o resgate, pela Companhia, de todas as 113.831.961 ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo: (i) 83.700.435 ações de titularidade da acionista **PREP III**; e (ii) 30.131.526 ações de titularidade da acionista **Genesis**. **5.1.** As ações preferenciais ora resgatadas são neste ato retratadas de circulação e canceladas. Em virtude do resgate, a Companhia deverá, mediante redução do valor total de R\$ 72.219.041,64 do capital social da Companhia, reembolsar os respectivos acionistas titulares da seguinte forma: (a) R\$ 53.102.236,50 à acionista **PREP III**; e (b) R\$ 19.116.805,14 à acionista **GENESIS**. **5.2.** Assim, em razão do resgate ora aprovado, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 33.962.477,30, representado por 56.985.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Todos os acionistas declaram, expressa e irrevogavelmente, sua concordância com os resgates acima e com as condições a eles aplicáveis. **6.** Em razão das deliberações acima, alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 33.962.477,30, dividido em 56.985.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **7.** Acatar a renúncia apresentada pelos seguintes Diretores da Companhia, conforme termos de Renúncia constantes do Anexo I: (i) Sr. Jorge Carlos Nuñez, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.763.945-7 SSP/SP, e inscrito perante CPF sob o nº 212.805.468-08; e (ii) Sr. Maximo Pinheiro Lima Netto, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.764.610-2 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 294.720.358-50. A Companhia outorga a mais plena, rasa, geral e irrevogável quitação com relação a todos e quaisquer atos ou fatos relacionados ao exercício da posição de diretor pelos Diretores renunciantes. **8.** Em razão da renúncia dos Diretores acima mencionada, permanecendo, entretanto, em seus cargos os demais Diretores, alterar as disposições de administração e representação da Companhia, passando o Artigo 10º e o Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 10º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 Diretores, sem designação específica, na forma da lei e deste Estatuto Social. Os Diretores serão eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição." **"Artigo 11º.** A Companhia será representada da seguinte forma: (a) por 2 Diretores em conjunto; ou (b) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, com poderes especiais e devidamente constituído na forma prevista no Parágrafo 1º abaixo; ou (c) um procurador, com poderes específicos, nas procurações ad judicia ou nos atos de rotina ou mero expediente junto a órgãos ou repartições públicas, tais como Receita Federal do Brasil, Juntas Comerciais, autarquias, secretarias e concessionárias públicas e demais órgãos componentes da administração pública direta ou indireta visando à obtenção de certidões, atualização de dados cadastrais, cumprimento de obrigações acessórias, dentro outros atos que não representem assunção de obrigações pela Companhia." **9.** Ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia não alterados pelas deliberações tomadas nesta Assembleia. **10.** Autorizar que a Diretoria da Companhia tome todas as providências necessárias à efetivação das deliberações acima aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: **Renan Maracaibe Rego** – Presidente, **Jorge Carlos Nuñez** – Secretário; Acionistas: **PREP III Industrial Co-Investment LP** (por **Jorge Carlos Nuñez** e **Maximo Pinheiro Lima Netto**); **Genesis Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário FII** (por **Cleomar Parisi Junior** e **Flavio Nardini Monteiro de Queiroz**); e (iii) **G5 Cidade Nova Fundo de Investimento Imobiliário** (por **Wagner Monteiro de Azevedo** e **Eduardo Weiskopf**). **Certificamos que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** São Paulo, 30/03/2026. Mesa: **Renan Maracaibe Rego** – Presidente; **Jorge Carlos Nuñez** – Secretário. Acionistas: **PREP III Industrial Co-Investment LP** Por: **Jorge Carlos Nuñez** Cargo: Diretor; Por: **Maximo Pinheiro Lima Netto** Cargo: Diretor; **Genesis Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário FII** Por: **Cleomar Parisi Junior** Cargo: Diretor e Por: **Flavio Nardini Monteiro de Queiroz** Cargo: Diretor; **G5 Cidade Nova Fundo de Investimento Imobiliário** Por: **Eduardo Weiskopf** e **Wagner Monteiro de Azevedo** Cargo: Administrador Cargo: Procurador.

Leitesol Indústria e Comércio S/A

CNPJ/MF 65.979.973/0001-60 - NIRE.º 235.300.131.321

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no Dia 04 de Março de 2026

1) Data e Horário: 04 de março de 2026 às 11:00hs. **2) Local:** Sede Social, na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, s/n.º - Km. 52,5 - Sala A. **3) Convocação:** dispensada a comprovação da convocação prévia pela imprensa, de acordo com o que faculta o § 4º do Artigo 124 e o Artigo 133 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, bem como o Parágrafo Único do Artigo 12 do Estatuto Social. **4) Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença de acionistas. **5) Mesa:** Sr. Sebastian Luis Maraggi - Presidente e Sr. Alexandre Lima da Silva - Secretário. **6) Ordem do Dia:** a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício, Resultado Abrangente e Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2025; b) Aprovar o parecer dos auditores independentes relativo ao balanço de 31 de Dezembro de 2025; c) Ratificar o aumento de capital da sociedade realizado em 15 de Dezembro de 2025; d) Ratificar a destinação dos lucros efetuada até 31 de Dezembro de 2025; e) Aprovar a distribuição do saldo do lucro líquido total apurado do exercício; f) Registrar a aprovação da remessa de dividendos de 24 de Fevereiro de 2026; g) Registrar o saldo atual de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar; h) Ratificar todos os atos da Diretoria da gestão 2025-2026; i) Eleger os Membros da Diretoria para o próximo exercício. **7) Deliberações Tomadas Por Unanimidade: Os acionistas aprovaram:** a) O Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2025, devidamente publicado no Jornal Data Mercantil no dia 28 de Fevereiro de 2026, versões impressa e digital; b) O Parecer dos Auditores independentes "Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda"; c) Ratificar o aumento de capital no valor de R\$ 48.000.000 (quarenta e oito milhões de reais), mediante capitalização de créditos de dividendos e juros sobre capital próprio previamente distribuídos e não pagos, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, ficando desde já reconhecida a liquidez, certeza e exigibilidade dos referidos créditos, assim discriminados, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2025; d) Ratificar a destinação dos lucros, deliberada em Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 2025, conforme abaixo: **d.1)** A distribuição de dividendos adicionais de 100% (cem por cento) do valor constante da conta de "Reserva de Lucros", correspondente a R\$ 27.732.959 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais); **d.2)** A destinação e a distribuição de Lucro Acumulado até 30 de Setembro de 2025, no valor de R\$ 36.342.957 (trinta e seis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais), com base no Balanço Auditado pelos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, mediante emissão do Informe de Revisão em 30 de Outubro de 2025. e) O lucro líquido do exercício apurado em 31 de Dezembro de 2025 corresponde a R\$ 53.503.341 (cinquenta e três milhões, quinhentos e três mil, trezentos e quarenta e um reais). Após a destinação e distribuição constante do item d. 2 acima, o saldo remanescente corresponde à R\$ 17.160.384 (dezesete milhões, cento e sessenta mil e trezentos e oitenta e quatro reais), sendo distribuído neste ato, da seguinte forma: i) constituição reserva legal no valor de R\$ 2.675.167 (Dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e cento e sessenta e sete reais), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício; ii) distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.882.396 (Oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e trezentos e noventa e sete reais), conforme atas deliberadas e aprovadas nas datas de 24 de março, 18 de junho, 18 de setembro e 15 de dezembro de 2025; iii) distribuição de dividendos adicionais ao lucro líquido remanescente do exercício de 2025, após as distribuições e alocações anteriores, no valor de R\$ 5.602.821 (cinco milhões, seiscentos e dois mil e oitocentos e vinte e um reais), a serem pagos até 31 de Dezembro de 2028, em complemento às deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Dezembro de 2025, que reconheceram e aprovaram a destinação do resultado do exercício de 2025, registrando-se que a presente assembleia apenas consolida o valor final do lucro líquido após o fechamento contábil e aprovação das demonstrações financeiras. f) Registrar o pagamento na data de 24 de Fevereiro de 2026, de dividendos distribuídos nas assembleias anteriores no montante de R\$ 15.468.264 (Quinze milhões, quatrocentos e sessenta mil e quinhentos reais); g) Diante das deliberações, o saldo dos dividendos e juros sobre capital próprio, na presente data, após as distribuições e o pagamento realizado acima, totaliza R\$ 64.593.498 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil e quatrocentos e noventa e oito reais), sendo: R\$ 54.218.238 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e dezoito mil e duzentos e trinta e oito reais) à título de dividendos e R\$ 10.375.260 (dez milhões, trezentos e setenta e cinco mil e duzentos e sessenta reais) à título de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores. h) E ratificaram todos os demais atos da Diretoria eleita para a gestão 2025/2026; **1) Eleição Dos Membros da Diretoria:** os acionistas reelegeram para o próximo exercício os seguintes diretores para o mandato de 01 (hum) ano: para o cargo de Diretor-Presidente - Sr. Sebastian Luis Maraggi, argentino, casado, administrador de empresas, domiciliado na cidade de Barueri, na Alameda Madeira, 222 - 10º andar, Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE n.º V175734-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 213.509.268-17 e para o cargo de Diretor Administrativo - Sr. Alexandre Lima da Silva, brasileiro, casado, domiciliado na cidade de Barueri, na Alameda Madeira, nº 222 - 10º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.252.822-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 180.433.658-06, que declaram, na forma da lei, que não estão condenados pela prática de qualquer crime, definitiva ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a Diretoria da Companhia, assinando o competente Termo de Posse que segue como Anexo II da presente Ata. A cada membro da diretoria, ora reeleito, foi definida uma política de remuneração específica, de comum acordo entre os acionistas, respeitando as atribuições e responsabilidades de cada um e a legislação em vigor. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votos. **Suspensão Dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém desejou fazer uso da palavra, declarou o Sr. Presidente encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai, afinal, assinada e registrada. Bragança Paulista - SP, 04 de março de 2.026. **Secretário:** Alexandre Lima da Silva; **Presidente:** Sebastian Luis Maraggi. **Mastellone Hermanos Sociedad Anónima** - Por Procuração Benedito Celso Benício Jr.; **Mastellone San Luis Sociedad Anónima** - Por Procuração Benedito Celso Benício Jr.; **Benedito Celso Benício Jr.** - OAB.SP nº 131.896 Jucesp nº 168.700/26-8 em 31/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CENTRO OESTE GD S.A.

CNPJ/ME: 48.814.870/0001-20 - NIRE: 35.300.664.507

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026
1. Data, Horário e Local: 02/04/2026, às 10:00 horas, na sede social da Centro Oeste GD S.A. ("Companhia") em São Paulo - SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionista da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Secretária: Sra. Camila Sverzuti Fidencio. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia; (ii) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida redução de capital; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. **5. Deliberações:** Após exame, discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista da Companhia decidiu pela lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. e, ato contínuo, decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por julgá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das S.A. de R\$16.468.264,56 para R\$15.468.264,56, resultando em uma redução de R\$1.000.000,00. O montante reduzido neste item será restituído ao único Acionista da Companhia em moeda corrente nacional, até 31/12/2026. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das S.A., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia ora deliberada. A redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo previsto no art. 174 da Lei das S.A., quando a presente ata será levada a registro perante a Jucesp, observado o disposto no artigo 174, § 2º da Lei das S.A. Consignar que, atualmente, não existem debêntures emitidas pela Companhia em circulação, de modo que não será necessária a aprovação de debenturistas prevista no art. 174, §3º da Lei das S.A. Em virtude das deliberações acima tomadas neste item, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$16.468.264,56, representado por 15.468.264 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para R\$15.468.264,56, representado por 15.468.264 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, uma redução de R\$1.000.000,00, com o cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (ii) Em razão da deliberação acima, qual seja a redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do estatuto da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$15.468.264,56, totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.468.264 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias." (iii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima; e (iv) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. **6. Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Tony Chi Yuan Wang – Presidente; Camila Sverzuti Fidencio – Secretária, Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. São Paulo, 02 de abril de 2026. Mesa: Tony Chi Yuan Wang - Presidente, Camila Sverzuti Fidencio - Secretária. Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (Tony Chi Yuan Wang e Camila Sverzuti Fidencio).

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2026

Data, Hora e Local: 12/03/2026, às 18:00h, por meio eletrônico. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Luis Otavio Saliba Furtado ("Furtado"), como Presidente, e Daniel Corrêa de Miranda ("Miranda"), como Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) Demonstrações Financeiras. Os membros do Conselho analisaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), bem como o relatório de auditoria das referidas demonstrações financeiras e o relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras na mesma data. Foi consignado que nenhum dos relatórios emitidos pela PwC contém ressalvas, apontamentos, recomendações ou quaisquer observações relevantes. Registrouse, ainda, que o Comitê de Auditoria da Companhia revisou previamente as demonstrações financeiras e os relatórios emitidos pela PwC, tendo inclusive se reunido com os auditores independentes. Após tal análise, o Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. Aprovada as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025 e recomendada sua aprovação pelos acionistas na AGO da Companhia a ser realizada em abril. (ii) No que se refere à remuneração dos diretores da Companhia no âmbito do PPR – Programa de Participação nos Resultados (bônus), o Conselho tornou conhecimento de que a matéria foi previamente analisada e recomendada para aprovação pelo Comitê de Pessoas, em reunião realizada em 11/03/2026. O Conselho registrou que, naquela reunião do Comitê de Pessoas, Edvar Vilela de Queiroz Filho e Marianne Kellner Haak não participaram das discussões nem das deliberações, em razão de possível conflito de interesses, uma vez que são diretores estatutários da Companhia. Na presente reunião do Conselho, Edvar Vilela de Queiroz Filho igualmente declarou que se absteria de se manifestar e deliberar quanto ao tema, pelo seu conflito de interesses em relação à matéria, tendo permanecido silente. Após análise da proposta apresentada e da recomendação do Comitê de Pessoas, os membros do Conselho de Administração, com exceção de Edvar Vilela de Queiroz Filho, que se absteve, deliberaram por aprovar a remuneração individual dos diretores da Companhia no âmbito do PPR, bem como recomendar aos acionistas a aprovação, em AGE, do valor global da remuneração dos diretores resultante da soma dos valores individuais aprovados. Adicionalmente, o Conselho tornou conhecimento dos demais temas discutidos no âmbito do Comitê de Pessoas, quais sejam: (i) a recomendação para que a Companhia realize pesquisa de mercado para avaliação da remuneração fixa dos diretores, cujos resultados deverão ser apresentados ao Comitê de Pessoas para análise e posterior encaminhamento ao Conselho de Administração; e (ii) a recomendação para que a administração inicie estudos para eventual implementação de um novo Plano de Opção de Compra de Ações (Stock Option Plan – SOP), incluindo a elaboração de proposta e cronograma de implementação a serem submetidos às instâncias de governança aplicáveis da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 12/03/2026. (ass.) Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edvar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Vivian Yu Wai Yu; Norberto Lanzara Giangrande Junior; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 168.826/26-4 em 01/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Goias GD S.A.

CNPJ/ME: 48.717.790/0001-57 - NIRE: 35.300.668.057

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Abril de 2026

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 02/04/2026, às 17hs, na sede social da Goias GD S.A., na Cidade de São Paulo/SP, Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia. 2. Presenças: Presente a acionista detentora de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). 4. Mesa: Presidente: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Secretária: Sra. Camila Sverzuti Fidencio. 5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia; (ii) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida redução de capital; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 6. Deliberações: Após exame das matérias acima descritas, a única acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por julgá-lo excessivo, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., de R\$ 365.840.151,92 para R\$ 340.840.151,92, resultando em uma redução de R\$ 25.000.000,00. O montante reduzido neste item será restituído ao único Acionista da Companhia em moeda corrente nacional, até 31/12/2026. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das S.A., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia ora deliberada. A redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo previsto no Artigo 174 da Lei das S.A., quando a presente ata será levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, observado o disposto no artigo 174, § 2º da Lei das S.A. Consignar que, atualmente, não existem debêntures emitidas pela Companhia em circulação, de modo que não será necessária a aprovação de debenturistas prevista no Artigo 174, §3º da Lei das S.A. Em virtude das deliberações acima tomadas neste item, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$ 365.840.151,92 representado por 365.840.151,92 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para R\$ 340.840.151,92, representado por 340.840.151,92 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, uma redução de R\$25.000.000,00, com o cancelamento de 25.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (ii) Em razão da deliberação acima, qual seja a redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do estatuto social da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 340.840.151,92, totalmente subscrito e integralizado, representado por 340.840.151 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. § 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. § 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias." (iii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima. (iv) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Sra. Camila Sverzuti Fidencio - Secretária; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. São Paulo, 02 de abril de 2026. Mesa: Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Camila Sverzuti Fidencio - Secretária. Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.: Tony Chi Yuan Wang; Camila Sverzuti Fidencio.

Minas GD S.A.

CNPJ/ME: 48.574.684/0001-61 - NIRE: 35.300.668.430

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Abril de 2026

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 02/04/2026, às 09hs, na sede social da Minas GD S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Cj 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005. 2. Presenças: Presente a acionista detentora de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). 4. Mesa: Presidente: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Secretária: Sra. Camila Sverzuti Fidencio. 5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia; (ii) a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida redução de capital; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para que os diretores da Companhia a pratiquem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 6. Deliberações: Após exame das matérias acima descritas, a única acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., de R\$ 144.693.607,20 para R\$ 133.693.607,20, resultando em uma redução de R\$ 11.000.000,00. O montante reduzido neste item será restituído ao único Acionista da Companhia em moeda corrente nacional, até 31/12/2026. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das S.A., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia ora deliberada. A redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo previsto no artigo 174 da Lei das S.A., quando a presente ata será levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, observado o disposto no artigo 174, § 2º da Lei das S.A. Consignar que, atualmente, não existem debêntures emitidas pela Companhia em circulação, de modo que não será necessária a aprovação de debenturistas prevista no artigo 174, §3º da Lei das S.A. Em virtude das deliberações acima tomadas neste item, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$ 144.693.607,20, representado por 144.693.607 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para R\$ 133.693.607,20, representado por 133.693.607 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, uma redução de R\$ 11.000.000,00, com o cancelamento de 11.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (ii) Em razão da deliberação acima, qual seja a redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do estatuto da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 133.693.607,20, representado por 133.693.607 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias." (iii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima. (iv) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Sra. Camila Sverzuti Fidencio - Secretária; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. São Paulo, 02/04/2026. Mesa: Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Camila Sverzuti Fidencio - Secretária. Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.: Tony Chi Yuan Wang; Camila Sverzuti Fidencio.

Nordeste GD S.A.

CNPJ/ME: 48.815.137/0001-20 - NIRE: 35.300.664.311

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Abril de 2026

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 02/04/2026, às 12hs, na sede social da Nordeste GD S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia. 2. Presenças: Presente a acionista detentora de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). 4. Mesa: Presidente: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Secretária: Sra. Camila Sverzuti Fidencio. 5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia; (ii) a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida redução de capital; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para que os diretores da Companhia a pratiquem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 6. Deliberações: Após exame das matérias acima descritas, a única acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por julgá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., de R\$84.984.985,05 para R\$82.984.985,05, resultando em uma redução de R\$2.000.000,00. O montante reduzido neste item será restituído ao único Acionista da Companhia em moeda corrente nacional, até 31/12/2026. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das S.A., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia ora deliberada. A redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo previsto no artigo 174 da Lei das S.A., quando a presente ata será levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, observado o disposto no artigo 174, § 2º da Lei das S.A. Consignar que, atualmente, não existem debêntures emitidas pela Companhia em circulação, de modo que não será necessária a aprovação de debenturistas prevista no artigo 174, §3º da Lei das S.A. Em virtude das deliberações acima tomadas neste item, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$84.984.985,05, representado por 84.984.985 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para R\$82.984.985,05, representado por 82.984.985 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, uma redução de R\$2.000.000,00, com o cancelamento de 2.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (ii) Em razão da deliberação acima, qual seja a redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do estatuto da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 82.984.985,05, representado por 82.984.985 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. § 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. § 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias." (iii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima. (iv) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Sra. Camila Sverzuti Fidencio - Secretária; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. São Paulo, 02/04/2026. Mesa: Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Camila Sverzuti Fidencio - Secretária. Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.: Tony Chi Yuan Wang; Camila Sverzuti Fidencio.

PANTANAL GD S.A.

CNPJ/ME: 48.449.101/0001-70 - NIRE: 35.300.663.675

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 02/04/2026, às 15h00 horas, na sede social da Pantanal GD S.A., em São Paulo - SP, Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Cj 162, Vila Olímpia. ("Companhia"). 2. PRESENCAS: Presente a acionista detentora de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. CONVOCACAO: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). 4. MESA: Presidente: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Secretária: Sra. Camila Sverzuti Fidencio. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia; (ii) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida redução de capital; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para que os diretores da Companhia a pratiquem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 6. DELIBERAÇÕES: Após exame das matérias acima descritas, a única acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por julgá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das S.A., de R\$ 225.151.121,94 para R\$ 212.651.121,94, resultando em uma redução de R\$ 22.500.000,00. O montante reduzido neste item será restituído ao único Acionista da Companhia em moeda corrente nacional, até 31/12/2026. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das S.A., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia ora deliberada. A redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo previsto no art. 174 da Lei das S.A., quando a presente ata será levada a registro perante a Juceesp, observado o disposto no artigo 174, § 2º da Lei das S.A. Consignar que, atualmente, não existem debêntures emitidas pela Companhia em circulação, de modo que não será necessária a aprovação de debenturistas prevista no art. 174, §3º da Lei das S.A. Em virtude das deliberações acima tomadas neste item, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$225.151.121,94, representado por 235.151.121 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para R\$212.651.121,94, representado por 212.651.121 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, uma redução de R\$ 22.500.000,00, com o cancelamento de 22.500.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (ii) Em razão da deliberação acima, qual seja a redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do estatuto da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$212.651.121,94, totalmente subscrito e integralizado, representado por 212.651.121 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias." (iii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima. (iv) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Sra. Camila Sverzuti Fidencio - Secretária; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. São Paulo, 02 de abril de 2026. Mesa: Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Camila Sverzuti Fidencio - Secretária. Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (Tony Chi Yuan Wang e Camila Sverzuti Fidencio).

SÃO PAULO GD S.A.

CNPJ/ME: 48.176.290/0001-55 - NIRE: 35.300.601.955

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 02/04/2026, às 10h00 horas, na sede social da São Paulo GD S.A., em São Paulo - SP, Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Cj 162, Vila Olímpia. ("Companhia"). 2. PRESENCAS: Presente a acionista detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. CONVOCACAO: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). 4. MESA: Presidente: Sr. Tony Chi Yuan Wang; Secretária: Sra. Camila Sverzuti Fidencio. 5. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a aprovação da redução do capital social da Companhia; (ii) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a referida redução de capital; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para que os diretores da Companhia a pratiquem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 6. DELIBERAÇÕES: Após exame das matérias acima descritas, a única acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado, por julgá-lo excessivo, nos termos do art. 173 da Lei das S.A., de R\$108.338.635,40 para R\$ 97.838.635,40, resultando em uma redução de R\$10.500.000,00. O montante reduzido neste item será restituído ao único Acionista da Companhia em moeda corrente nacional, até 31/12/2026. Nos termos do artigo 174, § 1º, da Lei das S.A., durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Companhia ora deliberada. A redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo previsto no art. 174 da Lei das S.A., quando a presente ata será levada a registro perante a Juceesp, observado o disposto no artigo 174, § 2º da Lei das S.A. Consignar que, atualmente, não existem debêntures emitidas pela Companhia em circulação, de modo que não será necessária a aprovação de debenturistas prevista no art. 174, §3º da Lei das S.A. Em virtude das deliberações acima tomadas neste item, o capital social da Companhia passou dos atuais R\$ 108.338.635,40, representado por 108.338.635 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal para R\$ 97.838.635,40, representado por 97.838.635 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, uma redução de R\$ 10.500.000,00, com o cancelamento de 10.500.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (ii) Em razão da deliberação acima, qual seja a redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do estatuto da Companhia, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$97.838.635,40, totalmente subscrito e integralizado, representado por 97.838.635 ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias." (iii) Aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima. (iv) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das disposições desta ata. 7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. Tony Chi Yuan Wang - Presidente; Sra. Camila Sverzuti Fidencio - Secretária; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. São Paulo, 02 de abril de 2026. Mesa: Tony Chi Yuan Wang - Presidente, Camila Sverzuti Fidencio - Secretária. Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (Tony Chi Yuan Wang e Camila Sverzuti Fidencio).

Onix Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº 31.993.808/0001-40 - NIRE 3530054860-4

Convocação Para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Onix Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), e em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os senhores acionistas regularmente convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 06 de maio de 2026 às 10h em primeira convocação, e às 10h30 em segunda convocação, a ser conduzida de forma virtual por meio da plataforma Google Meet, a fim de deliberar pela seguinte Ordem do Dia: I. Aprovação das demonstrações financeiras e contas da administração relativas ao exercício social do ano de 2025; II. Compra do veículo Kia Sportage 2026 ou similar, no limite de valor de R\$290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) para uso do Vice-Presidente da Companhia; III. Quaisquer outros assuntos de interesse social correlatos ao tema objeto da reunião e que possam ser apresentados oportunamente. Fica consignado que documentos pertinentes à tomada de decisão dos acionistas encontram-se à disposição na sede da Sociedade, serão disponibilizados via e-mail e foram devidamente publicados na Central de Balancos do SPED em 11 de Março de 2026. São Paulo, 03 de abril de 2026. (03, 07 e 08/04/2026)

Cia. Tamoyo de Armazéns Gerais

Santos-SP - CNPJ/MF nº 58.136.169/0001-53

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Srs. Acionistas, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para comparecerem na AGO que se realizará no dia 28/04/2026, às 17 horas, na Rua Augusto Severo nº 7 - 12º andar, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Relatório da Diretoria, Contas e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras e contábeis do exercício; c) Destinação do resultado do exercício. **Aviso aos Acionistas:** Ficam os acionistas identificados de que se encontram à disposição para consulta, na sede social, os documentos de que tratam os incisos I a V, do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 do artigo 133, além de já terem sido publicados anteriormente, na forma do § 5º do artigo 133 da mesma lei, tanto o balanço como as demonstrações contábeis, na edição de 31/03/2026 do jornal Data Mercantil. Luiz Alberto Azevedo Levy - Presidente da Diretoria. (07, 08 e 09/04/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares - Dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão a ser realizada em 29 de abril de 2026

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **29 de abril de 2026, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **I.** A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da **AJCA Auditores Independentes SS.**, na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. A matéria acima indicada deverá ser considerada pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de dela, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@bsicapital.com.br; servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) Participante pessoa física:** Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) Demais participantes:** Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 08 abril de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (08, 09 e 10/04/2026)

Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria

CNPJ/MF N.º 54.342.290/0001-80 - NIRE 35300065344

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Os acionistas, credores que exerceram a opção de conversão de seus créditos em participação societária, bem como os credores proponentes do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos da **Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria**, homologado nos autos da Falência nº 0000001-92.1983.8.26.0450, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Piracaja - SP, ficam convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 e demais disposições legais aplicáveis, a ser realizada no dia 22 de abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações, e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. A Assembleia será realizada **exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Zoom**, sendo que o link de acesso será encaminhado aos participantes habilitados após a validação de sua documentação. A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: **I.** Ratificação da participação dos subscritores e definição da composição acionária inicial da Companhia, com a integralização do capital social, mediante conversão de créditos habilitados no Quadro Geral de Credores da Massa Falida da Companhia Sapaco para Comércio e Indústria; **II.** Aprovação da subscrição do capital social da Companhia e assinatura dos Livros Societários, nos termos do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos; **III.** Atualização e aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, com a adequação da razão social para constar "Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria", objeto social, capital social, regras de gestão, composição da diretoria e tudo o mais exigido pelo novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) e pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976); **IV.** Eleição e nomeação da Diretoria da Companhia, com definição de cargos, poderes e mandato; **V.** Aprovação da emissão das Notas Promissórias destinadas ao pagamento dos credores que optarem pelo recebimento na modalidade prevista no Plano, bem como a realização dos registros contábeis de provisionamento dos valores correspondentes; **VI.** Retomada das atividades empresariais da Companhia, com a implementação do plano de gestão dos ativos imobiliários e intangíveis; **VII.** Aprovação do aporte de recursos pelos credores e investidores optantes para custear as despesas iniciais e desenvolver os projetos a serem empenhados pela Companhia; e **VIII.** Deliberação sobre outros assuntos de interesse da sociedade relacionados à execução do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos. Conforme determinado pela legislação em vigor e pelo Estatuto Social da empresa, os documentos pertinentes às deliberações constantes da ordem do dia estarão disponíveis para consulta junto ao Credor Proponente do Plano apresentado na falência que, após o restabelecimento da Companhia, serão entregues aos novos Diretores a serem nomeados. Poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária os credores que tenham optado pela conversão de seus créditos em participação societária, na proporção prevista no Quadro Geral de Credores e no Plano de Realização Alternativa de Ativos, os acionistas da Companhia; e os representantes legais devidamente constituídos. Para fins de habilitação e participação na Assembleia: Os participantes deverão encaminhar documento de identificação válido e, se for o caso, instrumento de representação (procuração) para o e-mail CADASTRO@GSCBRASIL.COM.BR: **a)** A documentação deverá ser enviada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da Assembleia, nos termos da regulamentação aplicável, para fins de conferência e validação; **b)** Após a validação da documentação, serão encaminhadas aos participantes as informações de acesso à plataforma digital (Zoom), bem como as instruções para participação na Assembleia, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de sua realização; e **c)** A ausência do envio da documentação no prazo estabelecido poderá impedir a participação e o exercício do direito de voto na Assembleia. Piracaja/SP, 08 de abril de 2026. **Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria.** (08, 09 e 10.04.2026)

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

